

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Marcos Freire de Andrade Neves

A Estética do Acaso:

Um estudo antropológico sobre a dinâmica estética e econômica na Vila Chocolatão

Monografia de Conclusão de Curso

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Marcos Freire de Andrade Neves

A Estética do Acaso:

Um estudo antropológico sobre a dinâmica estética e econômica na Vila Chocolateiro

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
em Ciências Sociais – Bacharelado (UFRGS),
requisito para a obtenção do título.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Ao longo do período de pesquisa e redação desta monografia, muitas foram as pessoas que me auxiliaram e sem as quais este trabalho seria inviabilizado.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Arlei Sander Damo, responsável por proporcionar minha primeira experiência etnográfica ao me receber em seu projeto de pesquisa. Suas orientações de leitura e críticas foram fundamentais ao desenvolvimento de uma problemática de pesquisa que resultou, por fim, nesta monografia.

Agradeço aos meus colegas de pesquisa, Francieli Ruppenthal, Liziane Matos e Moisés Kopper, pelos encontros quinzenais que possibilitaram discussões bibliográficas muito úteis à monografia.

Agradeço ao Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva, por suas contribuições e críticas durante o período de orientação do projeto de pesquisa, a partir das quais uma nova perspectiva me foi apresentada.

Agradeço ao Prof. Dr. Caleb Faria Alves, pois sua introdução ao mundo da Antropologia da Arte levantou *dúvidas estéticas* fundamentais a presente discussão.

Agradeço a Talita Eger, pelas longas discussões e troca de ideias sobre os rumos deste trabalho; pelas indicações valiosas e pela companhia em algumas saídas a campo.

Agradeço a Paola Morais, pela companhia em campo e pelo bom humor único capaz de me animar nos momentos difíceis.

Agradeço a Guilherme Felipe, CP, pela torcida em favor da Antropologia.

Agradeço a Caio Yurgel, pelo constante incentivo, revisões textuais e, principalmente, pelas críticas sempre presentes e oportunas.

Agradeço aos moradores da Vila Chocolate e Residencial Nova Chocolate, em especial ao Seu Luiz, pela amizade desenvolvida ao longo dos anos e pela inestimável contribuição à pesquisa.

Agradeço, por fim, à minha família, pelo suporte, e pela paciência desenvolvida durante este período.

Situar-nos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a
pesquisa etnográfica como experiência pessoal.

(Geertz, 2008, p. 10)

RESUMO

A presente monografia, concluída a partir de um trabalho etnográfico realizado durante quatro anos, busca analisar a relação entre as dinâmicas estética e econômica na Vila Chocolateão, conjunto de ocupação irregular então localizado no centro de Porto Alegre. Para tanto, observou o papel do lixo seco – oriundo do trabalho de coleta e reciclagem desempenhado por grande parte dos moradores da localidade – enquanto elemento fundamental para as mudanças urbanísticas ocorridas na Vila e, igualmente, para a manutenção econômica local. A Estética do Acaso, ideia aqui desenvolvida para compreender essa relação, é em grande medida permeada pela noção de bricolagem, conforme elucidada por Lévi-Strauss (2005). A pesquisa, realizada nos três últimos anos anteriores à transferência da Vila Chocolateão a um bairro distante do centro, objetivou, ademais, acompanhar o primeiro ano do chamado Residencial Nova Chocolateão, onde foi possível observar o processo de mudança através da perspectiva econômica e estética.

Palavras-chave: bricolagem, economia, estética, estética do acaso, transferência

ABSTRACT

The primary purpose of this monograph study, written after a 4-year ethnographic research, is to analyze the relations between the aesthetical and the economical dynamics within the Vila Chocolatão, an irregular urban settlement located in downtown Porto Alegre. Therefore, it focuses on the role of dry waste (collected and recycled by the majority of the settlement's inhabitants) as a fundamental element behind both the urban changes that took place within the Vila Chocolatão, as well as the local economy's maintenance. In order to fully grasp said relations, we have set forth the notion of "Estética do Acaso" [Aesthetics of Chance], greatly influenced by Lévi-Strauss' concept of *bricolage* (2005). The research – which took place during a three-year period prior to the settlement's removal to a distant neighborhood – also seeks to follow up on the settlement's first year in its new location, now called Residencial Nova Chocolatão. This also presented the possibility of observing urban change processes through an aesthetical and economical perspective.

Keywords: *bricolage*, economy, aesthetic, Aesthetics of Chance, removal

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1. Entrada da Vila Chocolateão pela Avenida Loureiro da Silva, Fotografia, 2011. **P. 16**

Figura 2. Seu Luiz na porta de sua moradia, Fotografia, 2011. **P. 19**

Figura 3. Interior de moradia: diferentes fragmentos para a parede, Fotografia, 2011. **P. 35**

Figura 4. Porta de armário utilizada na moradia como porta de entrada, Fotografia, 2011. **P. 37**

Figura 5. Ruela na Vila Chocolateão, Fotografia, 2011. **P. 40**

Figura 6. Trabalhador despejando material recolhido, Fotografia, 2011. **P. 43**

Figura 7. Trabalhador com material recolhido, Fotografia, 2011. **P. 44**

Figura 8. Acesso a *Beverly Hills*. Ausência de lixo na rua, Fotografia, 2011. **P. 49**

Figura 9. Fachada de “barraco” na *Beverly Hills*, Fotografia, 2011. **P. 50**

Figura 10. Interior de “barraco” já desocupado para demolição na *Beverly Hills*. Primeiro dia de transferência, Fotografia, 2011. **P. 51**

Figura 11. Faixa que recepciona moradores e visitantes no Residencial Nova Chocolateão, Fotografia, 2011. **P. 57**

Figura 12. *Time-lapse* Vila Chocolateão, Zero Hora. **P. 59**

Figura 13. Rua da Vila, Fotografia, 2010. **P. 64**

Figura 14. Rua do Residencial, Fotografia, 2011. **P. 64**

Figura 15. Relógios de luz no Residencial Nova Chocolateão: aspecto da formalidade, Fotografia, 2011. **P. 67**

LISTA DE ABREVIATURAS

ACRVC - Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolatão

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AMVIC – Associação dos Moradores da Vila Chocolatão

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari

CM – Clube de Mães

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

TRF – Tribunal Regional Federal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. MÉTODOS E PRECEDENTES	13
1.1. Trajetória e definição de campo	13
1.1.1. Introdução histórica da Vila Chocolatão e a dificuldade narrativa	17
1.2 A transferência e suas implicações metodológicas	19
1.3. O registro fotográfico	21
1.4. Favela problema, favela homogênea: o problema da representação	25
2. O LOCAL DA VILA	28
2.1. A estética transcultural	28
2.2. O <i>bricoleur</i> e o acaso.....	31
2.3. Arquitetura do não-arquiteto.....	36
3. DA MÃO À BOCA: A DINÂMICA ECONÔMICA DA VILA CHOCOLATÃO.....	40
3.1. A economia do lixo e a manutenção da vida bruta	40
3.2 Fragmentos de um mesmo local: a pobreza e a riqueza	44
3.3. A necessidade de consumo e o consumo de necessidade	49
4. DA VISIBILIDADE À PERIFERIA, DO INFORMAL AO FORMAL, DA MISÉRIA À CLASSE MÉDIA: ASPECTOS DA TRANSFERÊNCIA	55
4.1 Localização e visibilidade: a transferência espetacularizada.....	55
4.2 Implicações da transferência.....	59
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

“Se a economia é a ciência maldita, o estudo de economias baseadas na caça e na coleta deve ser o seu ramo mais avançado”, escreve Sahlins logo no início de seu ensaio “A primeira sociedade da afluência”. Sua argumentação questiona uma posição que diferenciaria dinâmicas econômicas com base em um conceito absoluto de pobreza: segundo tal posicionamento, um estado de pobreza seria indicado pela escassez de bens materiais. Sahlins, entretanto, adjetiva uma economia de caça e coleta como afluente e argumenta:

Os povos mais primitivos do mundo tem poucas posses, *mas não são pobres*. A pobreza não consiste em uma determinada quantidade reduzida de bens, nem é apenas uma relação entre meios e fins; acima de tudo, é uma relação entre pessoas. A pobreza é um *status* social. (2004, p. 146)

A assertiva de Sahlins é basilar à monografia pela contribuição ao entendimento das dinâmicas econômicas menores – ou as consideradas pobres – em termos relacionais, identificando a afluência onde antes apenas haveria a pobreza.

Somente após esse referencial teórico foi possível analisar a dinâmica econômica da Vila Chocolatão, conjunto de ocupações irregulares localizado na cidade de Porto Alegre. No entanto, como necessidade anterior à análise do sistema econômico local, buscou-se conhecer primeiramente a estrutura urbana da Vila e identificá-la a partir de um marco teórico interdisciplinar.

O trabalho de campo, realizado ao longo de quatro anos, entre o período de 2008 e 2011, teve por objetivo discutir a relação entre a economia e a estética de uma localidade de baixa renda, em área nobre do centro de Porto Alegre. Tendo isso em vista, analisei o papel do lixo

como elemento condutor desses dois aspectos, através da lógica do *bricoleur*, segundo descrição feita por Lévi-Strauss.

Por a utilização de fragmentos – materiais recicláveis e brutos, como plásticos, tábuas de madeira e portas de armário – na construção de moradias ter sido prática comum, e por esses fragmentos terem sido oriundos da atividade econômica majoritária na Vila, a existência de uma relação entre economia e estética se tornou evidente. Portanto, descrevi o que chamei de Estética do Acaso, uma lógica que busca dar conta dessa íntima interação entre atividade econômica e mudança urbanística na Vila Chocolateira.

O método etnográfico – através do qual os *imponderáveis da vida real*, conforme nos trouxe Malinowski, são acessados – possibilitou o diálogo com os moradores da Vila, assim como permitiu observar de perto aspectos de sua economia e o fluir de seu desenvolvimento urbano. O primeiro capítulo dedica-se, portanto, ao esclarecimento de pontos estruturantes do processo de pesquisa, como a trajetória que levou à definição do seu universo e objeto, fruto essa de seus próprios imponderáveis e circunstâncias inesperadas. Não apenas a trajetória metodológica necessária para a constituição de um problema de pesquisa, mas também o trajeto percorrido para a inserção a campo, o contato com os interlocutores e as aproximações e os afastamentos que as circunstâncias – tal qual a violência – provocaram.

O capítulo se propõe a discutir as consequências metodológicas que a transferência da Vila Chocolateira implicaria, dentre as quais a necessidade de um registro imagético de um espaço que em breve seria demolido. Essa necessidade demandou um debate sobre o uso da fotografia enquanto ferramenta de pesquisa e narrativa etnográfica, discorrendo, portanto, sobre a sua condição polissêmica – ou, conforme Paul Ricoeur, sua “ambiguidade lexical” (1983, p. 176) – e a respeito de seu apropriado uso ético. Enquanto Malinowski lançou mão da fotografia como uma forma de autoridade etnográfica, para certificar que os fatos foram adquiridos de modo objetivo e, por consequência, afastando-se das “criações subjetivas” (Clifford, 1998, p. 26), a fotografia foi aqui utilizada como uma narrativa complementar à escrita.

Fez-se necessário, igualmente, evidenciar uma situação contra a qual esta monografia pretende se contrapor. A partir da pesquisa conduzida por Valladares, realizada com base na análise de reportagens de época, demonstra-se o início da representação da favela enquanto fonte única de problema e homogênea em sua constituição. A favela homogeneamente pobre vai de

encontro à posição de Sahlins¹, que em outro contexto de pesquisa buscou justamente romper com os termos absolutos e analisar as problemáticas sob uma perspectiva relacional.

Uma vez transposta essa etapa inicial, o segundo capítulo apresenta o marco teórico que será trabalhado na consideração de uma estética da favela, além de abordar aspectos centrais para o entendimento das dessemelhanças entre a sua arquitetura característica e a chamada arquitetura formal. A introdução é necessária ao criar as bases para a sustentação de um ponto fundamental ao trabalho: a presença de um esforço de bricolagem responsável pela disposição urbana local e a sua constante fluidez. O *bricoleur* – entendido a partir de Lévi-Strauss (2005) – utiliza como meio de construção fragmentos recolhidos contingencialmente, que são, por sua vez, igualmente essenciais à dinâmica econômica local.

Essa dinâmica, analisada no terceiro capítulo, baseia-se na coleta e triagem de lixo seco. Tendo por base um marco composto em sua maioria por trabalhos em antropologia econômica, a abordagem teórica pretende retomar o caráter relacional de termos que o perderam no uso comum, analisar práticas de consumo de pessoas com baixa renda, além de romper com o imaginário senso comum responsável pela manutenção da favela enquanto um espaço homogêneo. Para tanto, foi essencial discorrer sobre o estabelecimento do consumo enquanto disciplina antropológica e, a partir deste ponto, abordar trabalhos que lidam com populações cujas práticas de consumo distinguem-se das nossas próprias. Somente assim foi possível questionar preconceitos de camadas sociais e romper com associações entre condição econômica e hábitos de consumo.

O quarto capítulo dedica-se à transferência da Vila Chocolatão e ao período imediatamente posterior a ela, onde foi possível observar a transformação deste processo em um espetáculo midiático, em grande medida decorrente da sua localização privilegiada e de sua consequente visibilidade. Ademais, pretende-se analisar a transferência através de uma perspectiva de ruptura estética, até então pouco presente nas discussões entre os moradores e entre os agentes públicos envolvidos no processo de transferência.

Por fim, vale ressaltar que apesar do uso êmico frequente, o termo “comunidade” não será aqui utilizado. Comunidade denota a partilha de regras e valores comuns, um estado de comunhão que se distancia do que pode observar na Vila Chocolatão. Em um sentido mais geral,

¹ Sahlins jamais realizou um trabalho sobre favelas, mas dada a relevância de suas conclusões obtidas em pesquisas na área da antropologia econômica, elas são aqui compartilhadas.

o termo pode conotar uma localidade menor, mas o teor de coesão e o seu peso não permitiram aqui o seu uso, a fim de com isso evitar uma compreensão errônea das discussões levantadas. Em grande parte da monografia, a busca por romper com uma pretensa homogeneidade local faz-se presente, e o uso da ideia de “comunidade” iria de encontro a esse objetivo.

Os termos “favela” e “vila”, por sua vez, foram aqui utilizados como sinônimos, apesar de suas diferenças geralmente estruturais. Não obstante “favela” se referir unicamente a um conjunto urbano específico, “vila” possui uma diversidade maior de significados. Sua gama de significados possíveis engloba pequenos povoados e aglomerações urbanas, residências elegantes e, inclusive, conjuntos de moradias informais. Este último significado aproxima-se do que entendemos por “favela”, mas dois aspectos são fundamentais: em primeiro lugar e de modo mais amplo, a diferença entre “vila” e “favela” diz respeito ao tamanho de sua área e a quantidade de moradores, sendo a primeira associada a localidades menores. Em segundo lugar, há uma diferença regional para o seu uso, pois o termo “favela” raramente é utilizado no contexto do Rio Grande do Sul. Sendo assim, com a finalidade de afastar qualquer compreensão equivocada quanto ao uso dos termos ao longo da monografia, eles foram utilizados enquanto sinônimos.

1. MÉTODOS E PRECEDENTES

1.1. Trajetória e definição de campo

Meu primeiro contato com a Vila Chocolatão se deu através da participação na pesquisa “Cultura e Democracia Participativa: a atuação de lideranças comunitárias no espectro do Orçamento Participativo”². A oportunidade de frequentar o Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP – Centro) possibilitou o contato com lideranças comunitárias e moradores de regiões por ele representadas. A Vila Chocolatão, participante do OP, distinguia-se das demais pelo baixo grau de organização institucional e pela pouca presença de seus moradores nas reuniões. O interesse em compreender a atuação de lideranças comunitárias – no âmbito da pesquisa então desenvolvida – encontrou um contexto no qual estas lideranças estavam em fase de constituição.

Portanto, em abril de 2008 iniciei meu trabalho de campo na Vila Chocolatão, uma ocupação irregular, então localizada em área nobre do Centro de Porto Alegre, perto do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, da Receita Federal e da Câmara de Vereadores da cidade. Devido ao desconhecimento tanto da região quanto de seus moradores, meu acesso somente foi possível por meio da colaboração de um Assistente Social que auxiliava na constituição do Clube de Mães local. O trabalho de campo compreendia idas semanais à Vila para acompanhar as reuniões deste clube, o qual se reunia todas as quintas-feiras. Ainda em sua fase inicial de formação, o Clube de Mães buscava meios de geração de renda através da realização de feiras de artesanato, costura e de gêneros alimentícios, planejamento de cursos

² Sob orientação do Prof. Dr. Arlei Sander Damo.

profissionalizantes para seus membros, além de ter proporcionado um local de debates sobre a vida na Vila, suas dificuldades e expectativas.

Foi justamente através do contato semanal com um clube dedicado à busca de soluções para a geração de renda, e com a percepção, cada vez mais nítida, da heterogeneidade econômica local, que a economia assumiu um papel central neste trabalho. À primeira vista, a Vila Chocolatão representava um hiato econômico em meio aos edifícios da burocracia federal, estadual e municipal, e compreender as especificidades de sua dinâmica econômica tornou-se essencial para esta monografia.

O desenvolvimento de bolsões de pobreza em meio a zonas valorizadas sugere a impressão de que seus habitantes são alheios à dinâmica econômica local, como passivos espectadores de um sistema do qual não tomam parte. A análise dos dados de campo levou ao entendimento oposto, pois não apenas a Vila Chocolatão participava ativamente da dinâmica econômica de Porto Alegre, como detinha a sua própria, com desigualdades econômicas, com mercado e consumo interno, e regiões mais e menos valorizadas pelo mercado imobiliário local. A própria distinção entre moradores ricos e moradores pobres, presente no discurso local, levou à problematização deste conceito geralmente compreendido apenas em termos absolutos.



Figura 1. Entrada da Vila Chocolatão pela Avenida Loureiro da Silva, Fotografia, 2011

No entanto, analisar a economia local somente seria possível se compreendesse, primeiramente, o *local* desta economia. As particularidades da Vila Chocolatão frente a seus vizinhos no Centro de Porto Alegre não diziam respeito apenas a aspectos sócio-econômicos, mas também a sua disposição urbana, sua estética e arquitetura, aspectos que representavam a face mais imediata da identificação daquela área enquanto diferenciada. O seu reconhecimento como uma vila, antes mesmo de qualquer análise sócio-econômica, percorria argumentos estéticos.

Compreender a estética da Vila Chocolatão se mostrou cada vez mais essencial ao próprio estudo de sua dinâmica econômica, pois estes dois aspectos expuseram uma íntima interação, na qual a coleta e triagem de lixo seco – atividade econômica majoritária na Vila – afetava em grande medida a arquitetura local, enquanto esta, por sua vez, tornava visível e materializava as relações de distinção e a heterogeneidade econômica entre os moradores e regiões específicas da Vila. (Douglas e Isherwood, 2004; Appadurai, 2010; Miller, 2007)

O primeiro contato com uma teoria estética da favela, por meio do trabalho de Jacques sobre as favelas cariocas (2005), iniciou a formação de um arcabouço teórico que resultou na projeção desta estética na Vila Chocolatão, ao mesmo tempo em que suas particularidades foram mantidas e destacadas. Além das diferenças geográficas e sociais entre os universos, tais particularidades relacionavam-se justamente à economia local, pois era a coleta de fragmentos heteróclitos que oportunizava a obtenção de materiais para construção, ampliação e reforma das moradias. A atividade econômica fornecia os meios materiais para manter contínuo o processo urbanístico da Vila.

Em 2009, após um período de sete meses sem realizar trabalho de campo em decorrência de um intercâmbio acadêmico, o meu retorno foi acompanhado por uma mudança na forma de fazê-lo. O acesso à Vila Chocolatão não mais ocorreria através do Assistente Social, e o Clube de Mães deixou de ser o local prioritário de pesquisa. A partir deste momento, as visitas eram marcadas através do Secretário-Geral da Associação dos Moradores da Vila Chocolatão, José Luiz Ferreira, então presidida por Leo Antonio Genovêncio Maciel, mais conhecido por Seu Leo. Esta mudança possibilitou o contato com outros interlocutores, ampliando o círculo anteriormente restrito às mães e às crianças que lá residiam, frequentadores constantes do clube. Através do Secretário, conheci áreas distantes da praça localizada no centro da Vila, onde se situava a sede da AMVIC e ocorriam os encontros do CM.

Em novembro de 2009, o então Presidente da AMVIC e presença frequente no CM, Seu Leo, foi morto a tiros no galpão de reciclagem da Vila. O crime aumentou a sensação de insegurança no campo, contrapondo o discurso de moradores, segundo o qual a Vila havia rompido com seu passado violento e encontrava-se pacificada. A sua morte, cujas circunstâncias permanecem incertas, ocasionou uma mudança no espectro político local, com a subsequente eleição de um presidente opositor³. Como resposta às minhas indagações, apenas recebia silêncio ou indicações sutis que sugeriam alguma razão política, pelo seu papel de liderança, ou econômica, por supostos vínculos com o comércio de drogas ilegais. Com o passar do tempo e a maturação do choque inicial, alguns moradores se mostraram mais dispostos a fornecer respostas sugestivas, que em grande medida estabeleciam uma relação entre o tráfico de drogas e o assassinato.

No entanto, apesar de o Secretário-Geral ter deixado a AMVIC após a troca de Diretoria Executiva, ele permaneceu uma figura influente nas decisões internas e essencial – devido ao seu trânsito entre os mais diversos grupos – àqueles que buscavam contatos para realizar algum trabalho na Chocolatão. Seu Luiz, como é conhecido, residiu na Vila por cerca de cinco anos, mas apesar do relativo curto espaço de tempo, tornou-se central na dinâmica política interna e na mediação com pesquisadores e interessados no cotidiano local.

Em um contexto onde 52% dos moradores possuem até cinco anos de estudo⁴, a trajetória acadêmica de Seu Luiz evidencia uma exceção. Com formação seminarista, cursou dois anos de Teologia e dois anos de Filosofia na PUCRS, onde se licenciou para dar aulas de Filosofia. Ao término de sua licenciatura, no final da década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro e lá residiu por vinte anos⁵. Com mãe e irmãos em Porto Alegre⁶, retornou à cidade e estabeleceu residência na Vila Chocolatão, assumindo em pouco tempo a secretaria da AMVIC. Foi em 2008,

³ A ata da eleição da AMVIC, referente ao dia 27 de novembro de 2010, pode ser lida no anexo 2 do laudo técnico sócio-econômico do processo de reassentamento da Vila do Chocolatão elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Porto Alegre, de fevereiro de 2011. Nesta eleição foi escolhido para o cargo de Presidente Soli Olmar da Silva, e como Vice Presidente, Francisco José Resende Sampaio. A gestão durou até setembro de 2011, com a substituição de Soli por Francisco.

⁴ Segundo laudo da AGB, p. 61.

⁵ Questionado sobre a escolha da cidade do Rio de Janeiro para residir, impressiona-se: “Por que o Rio? Porque lá é lindo”.

⁶ Muitos moradores da Vila Chocolatão possuíam familiares em outras áreas da cidade e do estado, muitos dos quais na chamada cidade formal. É o caso de alguns familiares de Seu Luiz, que residiam no Bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre, e Silvana, cuja mãe residia em Viamão.

sob a gestão de Seu Leo, por ele secretariada, que a Associação tomou forma jurídica e agregou, consequentemente, peso às suas demandas, inclusive no Orçamento Participativo.



Figura 2. Seu Luiz na porta de sua moradia, Fotografia, 2011

A Vila Chocolatão existiu no Centro de Porto Alegre por vinte e cinco anos, dos quais somente acompanhei os quatro últimos. Neste curto espaço de tempo, me foi permitido observar situações de grande importância, tal qual a consolidação do Clube de Mães e a formalização da Associação dos Moradores, a construção do galpão de reciclagem da ACRVC e a morte de seu idealizador, incêndios e a instalação de uma fiação elétrica formal para evitá-los. Neste período também foi fortalecido o plano de transferência da Vila para um terreno na Av. Protásio Alves, 9099, o qual geraria debates nas esferas municipal e local, polarizando os moradores em campos argumentativos opostos.

1.1.1. Introdução histórica da Vila Chocolatão e a dificuldade narrativa

Cerca de vinte e cinco anos transcorreram desde a construção das primeiras moradias que constituíram a Vila Chocolatão até a transferência de seus moradores para um condomínio na

Zona Leste de Porto Alegre. O nome da Vila tem sua origem no edifício da Receita Federal, seu vizinho, e popularmente conhecido por Chocolatão devido a sua aparência e coloração, semelhante a uma barra de chocolate. Em seu estudo, Santini escreve que

O significado da presença de uma vila de catadores aos pés da Receita Federal tem seu significado ampliado à medida que ambas recebem o mesmo nome; e pela intensidade das diferenças a Vila coloca-se como linguagem poética que extravasa a realidade conhecida e diz mais, chamando a atenção para as desigualdades da sociedade contemporânea. (2007, p. 38)

À exceção da época de sua constituição e da origem de seu nome, descrever a história da Vila em pormenores esbarra na dificuldade em encontrar narrativas que forneçam fragmentos sobre sua origem. Ao longo dos quatro anos de pesquisa, poucas foram as informações obtidas sobre o período inicial de sua formação. O escasso arcabouço de informações disponível sobre a sua história é refletido no laudo técnico de autoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que na seção “Histórico e caracterização da comunidade da Vila Chocolatão” se limita a situá-la geograficamente e descrever sua história nos seguintes termos:

Data de meados dos anos 80 as primeiras manifestações de ocupação da área, sendo uma das primeiras ocupações feitas por pessoas em situação de rua no Brasil. Desde então, se vão mais de vinte e cinco anos da presença de pessoas provindas de diferentes localidades, tanto da cidade de Porto Alegre e cidades próximas, como de outras regiões do estado e do país. Assim sendo, a comunidade apresenta grande pluralidade de origens e históricos de vida, apresentando então certas dificuldades em configurar sua formação identitária. (2011, p. 08)

A dificuldade em elaborar uma narrativa relacionada ao período de constituição da Vila decorre, em parte, da alta transitoriedade de seus moradores. Na época de realização do laudo da AGB, 39% dos entrevistados afirmaram residir na Vila há menos de três anos. Portanto, poucos moradores vivenciaram o início do processo de formação da localidade, na década de 1980, e narrativas sobre este período eram muitas vezes hipóteses pessoais, cuja imprecisão e falta de detalhes dificultaram a constituição de uma linearidade narrativa.

1.2 A transferência e suas implicações metodológicas

E assim reconhecer que na experiência etnográfica estamos a observar idiossincraticamente uma cena da qual fazemos parte. O que envolve, além da relatividade que a subjetividade impõe à percepção, a capacidade de se incluir como peça exterior cuja presença altera a cena. Não se trata apenas de uma observação que altera o objeto observado, mas de uma alteração produzida pela participação do observador na cena que ele mesmo observa. (Silva, 2009, p. 179-180)

Os 732 moradores da Vila Chocolatão e suas 225 construções⁷ encontravam-se em terreno da União e com processo de reintegração finalizado e deferido, após cerca de uma década em tramitação. A maioria dos moradores deveria, portanto, ser transferida para um novo local no bairro Mario Quintana, em terreno cedido ao Município pela União. Neste local, distante 10 km da região central onde se encontravam, foram construídas 181 unidades habitacionais.

As possíveis consequências deste processo, sejam elas relacionadas à interação social entre os moradores, à economia e à estética, todas discutidas em seu devido momento, demandaram alterações metodológicas. A definição de um prazo limite pela Prefeitura trouxe à tona a certeza de que ao término deste trabalho, uma dimensão do seu objeto não mais existiria, preservando-o apenas na memória coletiva da cidade. Esta perspectiva, corroborada pelo tempo, levantou hipóteses e preocupações, evidenciou a necessidade de documentação e proporcionou o testemunho de um processo singular.

A anunciada transferência, por vezes postergada com base em decisões judiciais e por atrasos nas obras, instituiu um regime de urgência no campo, junto à incerteza sobre os rumos deste trabalho que veria a parte física de seu objeto de estudo desaparecer através do uso de retroescavadeiras. De fato, no dia 12 de maio de 2011, o processo de transferência chegou à fase de remoções, com o despejo de alguns moradores e a posterior demolição de suas moradias. Este processo durou até o dia 24 do mesmo mês, seguido pelo cercamento da área reintegrada, já com a totalidade das construções destruídas.

A execução do processo de reintegração de posse deferido pela Justiça garantiu, por um lado, o momento no qual o trabalho de campo seria interrompido, dispensando a incerteza relativa aos constantes questionamentos sobre o seu término, decorrentes das dúvidas sempre

⁷ Vide laudo técnico sócio-econômico da AGB.

presentes sobre a solidez e satisfatoriedade das observações realizadas. Por outro lado, possibilitou presenciar um processo de reintegração considerado exemplar pela Prefeitura de Porto Alegre, acompanhado por observadores internacionais, como a gerente do programa Global Compact, da Organização das Nações Unidas, Elizabeth Ryan, além dos momentos iniciais do Residencial Nova Chocolate⁸.

Em um primeiro momento o trabalho de campo teve seu foco direcionado a fóruns específicos, como o Clube de Mães e reuniões esporádicas da AMVIC, através dos quais obtive o primeiro contato com moradores e com as suas descrições dos problemas enfrentados cotidianamente. Apesar de o foco do Clube de Mães ter sido majoritariamente a geração de renda, no dia 17 de abril de 2008 foi apresentada, por uma professora da Escola Porto Alegre, uma proposta para a realização de terapias comunitárias⁹. Elas passaram a ser realizadas quinzenalmente, com a presença preferencial das mulheres, e ocorriam a partir da exposição de problemas pelos moradores, dos quais apenas um seria escolhido e discutido.

O antropólogo sonha com o momento de observação no qual sua presença é ignorada. Mas a conseqüente impossibilidade de alcançar este objetivo trouxe consigo a necessidade de compreender objetivamente os efeitos da sua presença na cena observada (Silva, 2009). Portanto, além de apenas presenciar as reuniões e as sessões de terapia comunitária, tomei parte delas, ciente das conseqüências que a minha presença poderia gerar. Estas conseqüências não podem ser rigorosamente descritas e mapeadas, senão apenas compreendidas enquanto inerentes ao fazer etnográfico e, como tal, devem afastar qualquer ingenuidade que vá ao encontro da certeza que a cena etnográfica não foi alheia a minha presença.

Sendo assim, participei das terapias não apenas como espectador, mas falei quando solicitado e, por vezes, abri as sessões ao explicar as regras aos novos membros. Este grau de inserção em uma observação a rigor participante, possibilitou que minha presença fosse diluída entre os demais, ainda que jamais ignorada. A maioria dos participantes era constituída por moradores, sendo poucos os “visitantes”. Logo, estes eram olhados com a curiosidade honesta de quem quer compreender as razões pelas quais os “visitantes” se interessavam pelas suas vidas e pela Vila. No entanto, à medida que a presença dos desconhecidos se tornou constante e os seus

⁸ O condomínio construído na Avenida Protásio Alves, 9099, foi nomeado Residencial Nova Chocolate através de decisão dos próprios moradores. Vale notar que o uso de “residencial” difere-se das palavras mais utilizadas em casos de transferência de comunidades de baixa renda em Porto Alegre, onde “jardim” e “condomínio” eram as escolhas mais comuns, como o Condomínio Princesa Isabel e o Jardim Navegantes.

⁹ Projeto desenvolvido pelo professor Adalberto Barreto.

rostos familiares, o olhar de curiosidade e, talvez, inibição, foi amenizado. Nesse sentido, a participação nas sessões de terapia catalisou uma espécie de familiarização conjunta: todos nos conhecíamos, mas ainda assim as presenças foram notadas e as diferenças entre moradores e não moradores preservadas.

Em um segundo momento, participar apenas das reuniões do Clube de Mães fixou limites que restringiram os interlocutores e demarcou um local demasiadamente restrito para análise de questões estéticas e econômicas. A minha aproximação com o então Secretário-Geral da AMVIC, ocorrida durante o período em que frequentei o CM, proporcionou a realização de conversas com outros moradores.

Roberto Cardoso de Oliveira alerta para os limites da entrevista como ferramenta metodológica. Segundo ele, a entrevista forma um “campo ilusório de interação” que resultaria em uma relação não dialógica entre o entrevistador e o informante (2000, p. 23). Sugere, portanto, que a conversa passe a ser realizada entre dois interlocutores, de modo superar a hierarquia implícita no modelo anterior. É justamente essa superação que forneceria as bases para o estabelecimento de uma interação verdadeira ou, nomeadamente, um “encontro etnográfico” (2000, p. 24). Assim sendo, conversei com diversos moradores, despido de papel, caneta e gravador, mas a superação absoluta dessa hierarquia se mostrou inviável: apesar de ter buscado eliminar qualquer sistema no qual um pergunta e ao outro cabe apenas responder, a hierarquia que é produto de uma distância simbólica entre o universitário-pesquisador e o pesquisado permaneceu. No contexto do trabalho de campo, ser recebido como um igual – a única maneira de superação total da distância simbólica em termos da relação pesquisador-nativo – é, conforme Wagner, “tão inútil quanto permanecer no aeroporto ou no hotel fabricando histórias” (2006, p. 37). Somente a distância possibilita ao antropólogo unir o elo entre duas culturas e, por consequência, realizar o seu trabalho.

1.3. O registro fotográfico

Uma coisa é ainda mais instrutiva: a espantosa *inexatidão* provável de nossos olhos. *Observar* é, em grande parte, imaginar o que esperamos ver. (Valéry, 2003, p. 29)

Se o olhar é a captação de instantes, coisas, pessoas e paisagens, ele não é um registro (como uma fotografia) e sim um *travelling*, a melhor palavra para

indicar seu sentido porque o recupera no deslocamento. (Silva, 2009, p. 175-176)

Hélio Silva recorre à tradição árabe e ibérica para situar a etnografia como a realização de livros de andar e ver, onde a combinação destas três experiências constituiria o fazer do antropólogo. Com a transferência da Vila o trabalho de campo foi deslocado para uma observação dos seus últimos momentos, despertando, por extensão, a necessidade de registro e documentação visual daquele espaço. Logo, o uso de um recurso que vai além do *travelling* tornou-se necessário.

O uso antropológico da fotografia, prática que tem em Bronislaw Malinowski e em Margaret Mead alguns de seus precursores (Martins, 2008, p. 34), incorre frequentemente na ideia segundo a qual a fotografia congela um momento social, recorta-o da realidade para guardá-lo nos arquivos documentais da história. Esta ideia busca legitimar o uso da fotografia enquanto ferramenta de pesquisa social e o seu uso documental, mas para tanto ignora a sua capacidade de apresentar diferentes sentidos. Ignora sua polissemia.

A fotografia, escreve José de Souza Martins, é uma obra de ficção “que propõe à Sociologia Visual desafios de concepção e de leitura da imagem que, justamente, vão muito além deste fundamentalismo imagético” (2008, p. 37). Recursos fotográficos devem ser utilizados após a compreensão sobre sua polissemia, capaz de possibilitar interpretações variadas sobre uma mesma imagem. Esta compreensão somente é possível através de leituras às quais não estamos acostumados. Walter Benjamin questiona-se sobre o tema:

Já se disse que 'o analfabeto do futuro não será quem não sabe escrever, e sim que não sabe fotografar'. Mas um fotógrafo que não sabe ler suas próprias imagens não é pior que um analfabeto? Não se tornará a legenda a parte mais essencial da fotografia? (Benjamin, 1996, p. 107)

Esta alfabetização imagética – e o entendimento sobre a diversidade de significados possíveis a serem extraídos de uma mesma imagem – é essencial ao uso da fotografia como recurso técnico em etnografias. A necessidade de registro visual da Vila Chocolate, seja para preservar fragmentos de sua história e da trajetória de seus habitantes, ou para fundamentar por outro viés discussões aqui levantadas – tais quais o urbanismo e a arquitetura da Vila –, levou ao uso da fotografia.

A fotografia, no entanto, não pode ser compreendida apenas sob a perspectiva de um recurso técnico, pois ela proporciona um outro modo de olhar. Segundo o antropólogo e fotógrafo Luiz Eduardo Robinson Achutti, “o olhar fotográfico é uma das formas do olhar etnográfico”, pois “assim como o antropólogo, o fotógrafo busca uma espécie de revelação da vida do outro” (Achutti, 1995, p. 430).

Uma vez ciente das problematizações teóricas que seu uso poderia gerar, a preocupação teve seu foco deslocado para a reação dos fotografados. O receio de que a câmera fotográfica pudesse gerar inibições que prejudicariam as conversas e o livre trânsito na Vila, foi logo substituído pela experiência contrária: com raras exceções, os moradores deixaram-se fotografar e não apresentaram constrangimento algum, mas sim animação. Devido à repercussão da transferência da Vila Chocolatão, seus moradores estavam acostumados com a presença de técnicos de órgãos públicos e de jornalistas, o que pode ter contribuído para a descontração frente aos fotógrafos desconhecidos¹⁰.

Em seu depoimento no documentário “O cinema é uma dança”, Jean Arlaud diz ser impossível fazer antropologia sem dom e contradom. O estabelecimento de uma relação de necessidade entre dom e contradom na etnografia, tendo por objetivo a constituição do que chamou Antropologia compartilhada, foi experienciada na Vila Chocolatão, onde o deixar fotografar-se implicava o desejo de receber em troca a própria fotografia. Conforme Bourdieu

(...) quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de contradom ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja. (1996)

O dom, definido por Godbout e Caillé enquanto “toda prestação de bem ou de serviço efetuado, sem garantia de retorno, visando criar, alimentar ou recriar o elo social entre as pessoas” (Caillé, 2006, p. 30), tem seu desinteresse com frequência questionado. Contudo, esta característica desinteressada não significa a inexistência da expectativa por um retorno, “como se a ação não tivesse motivação ou objetivo, ação sem porquê (sem *weil*) nem por quê (sem *um*

¹⁰ Além das inúmeras reportagens publicadas em jornais de grande circulação de Porto Alegre, como a Zero Hora e o Correio do Povo, foram realizados ao menos três documentários – um deles, etnográfico, por mim dirigido (555 *Chocolatão*) –, além de gravações feitas por grupos estrangeiros, como a alemã Deutsche Welle, que integrou a Vila Chocolatão em um documentário sobre cidades brasileiras.

zu¹¹)” (Caillé, 2006, p. 31). Sendo assim, devolvi aos moradores fotografados uma cópia de cada imagem. Como de modo geral não deixavam transparecer um interesse explícito pelas fotografias “casuais”, muitos moradores escolhiam fazer determinada pose para a fotografia que iriam receber.

Durante conversa com um morador, ele expôs sua preocupação sobre o uso indevido da fotografia: “As pessoas não podem achar que por vir aqui e fotografar elas mostram a realidade da Vila para os outros. Elas não mostram. Mostram no máximo uma imagem”. Sua crítica era direcionada à concepção da fotografia enquanto capaz de exibir, como fato, um momento social. Uma fotografia monossêmica.

Supor a exposição do real através de uma fotografia baseia-se justamente no fundamentalismo imagético que não comporta a diversidade de sentidos que uma imagem pode carregar. A fotografia é uma imagem, e o seu significado é passível de múltiplas possibilidades intersubjetivas: sua leitura não leva em conta apenas os elementos nela dispostos, mas em grande medida relaciona-se com o próprio observador e sua trajetória, suas pré-disposições e, inclusive, com o olhar da época (Baxandall, 1991). Incluir a observação em um contexto tempo-cultural é um modo de extrair do observador o monopólio das ferramentas necessárias para a leitura precisa de uma imagem, diminuindo a condição [de psicologia] individual e alertando para a importância da experiência coletiva.

Há, ainda, uma dimensão ética concernente ao uso da imagem visual neste trabalho, em grande medida relacionada às possíveis consequências que seu uso poderá ocasionar aos fotografados¹². A responsabilidade ética consiste em compreender os riscos inerentes ao deslocamento da esfera privada à esfera pública. Em um contexto delicado, onde muitas vezes uma imagem aparentemente inocente pode gerar um comprometimento de qualquer sorte, o uso da imagem visual demanda o pré-estabelecimento de uma distância entre o fotógrafo e o fotografado, seja ele um indivíduo ou um local específico. A negociação deve deixar clara, de um lado, os usos que serão feitos da imagem captada e, pelo outro, os limites entre o que pode ou não ser fotografado.

¹¹ No idioma alemão *weil* pode ser traduzido literalmente como porquê, enquanto *um zu* denota uma consequência ou um objetivo de uma ação planejada.

¹² Conforme Rocha e Eckert, os equipamentos audiovisuais: “Estão ali não só ocupando o lugar dos olhos, dos ouvidos e do próprio corpo do próprio investigador na interação com o Outro, mas, principalmente estão ali registrando tudo aquilo que para o Outro antes era privado e que, a partir daí, adquire o estatuto de uma representação na esfera pública”. (2004, p. 07)

O uso da fotografia feito recurso no trabalho de campo foi, portanto, não um modo de congelar momentos da vida social e guardá-las para a construção de uma memória coletiva. Foi, sim, um meio de registrar fragmentos desta memória. Fragmentos que podem ser montados em um sem número de combinações distintas. Já para os fotografados, este recurso serviu para que as suas existências fossem notadas, tornando-as permeáveis aos outros moradores da cidade. Não como uma forma de transmitir a realidade na qual viviam, mas sim de levantar um interesse em conhecer esta realidade.

1.4. Favela problema, favela homogênea: o problema da representação

A descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido. Aos escritos de jornalistas vêm juntar-se vozes de médicos e engenheiros, preocupados com o futuro da cidade e sua população. O que fazer da favela? (Valladares, 2005, p. 36)

Em seu estudo sobre a construção e transformação das categorias favela e favelado, Valladares (2005) propõe mapear as representações sociais que as acompanharam ao longo do último século. Sua argumentação inicia-se a partir do surgimento da primeira favela na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Favella¹³, em 1897, até os tempos atuais. Segundo a autora, no início do século XX jornalistas e intelectuais manifestavam preocupação com o aparecimento de moradias irregulares nos morros cariocas. Seus moradores eram descritos tais quais párias sociais, como o fez Luiz Edmundo em *O Rio de Janeiro de meu tempo*, publicado em 1938:

“... feitas de improviso, de sobras e farrapos, andrajosas e tristes como seus moradores. Por elas vivem mendigos (...) malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem trabalhar, crianças, enjeitados em meio à gente válida, porém o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus...” (Edmundo apud Valladares, 2005, p. 32)

Local contaminado pela “lepra da esthetica” (Pimenta apud Valladares, 2005, p. 36), as favelas eram representadas por um conjunto de moradias insalubres e desordenadas, cujos habitantes limitavam-se a criminosos e malandros de toda sorte. A utilização da metáfora

¹³ O Morro da Providência, denominação original do Morro da Favella, foi ocupado por ex-combatentes da Guerra de Canudos. A partir da segunda década do Séc. XX, escreve Valladares, “a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella. Surge, assim, uma categoria nova para designar um habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas.” (2005, p. 26)

patológica evidencia a preocupação com a higiene pública associada ao surgimento das primeiras favelas, em um contexto de rápidas transformações e aumento populacional em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Caldeira (2000, p. 214), as preocupações com a favela “eram frequentemente expressas em termos de saúde e higiene, sempre associadas à moralidade”.

Parece haver, neste caso, uma metáfora conceitual, que busca associar palavras negativas e degradantes, ou patologias como “lepra”, ao domínio abstrato da moralidade – aqui relacionado à favela. Segundo Siqueira, Parente e Gil, “as metáforas conceituais são formadas por mapeamentos entre o domínio fonte – tipicamente mais concreto e acessível aos sentidos – e o domínio alvo – mais abstrato” (2009, p. 100). Portanto, a lepra (ou qualquer outra patologia ou condições mencionadas) firma-se como domínio fonte para associar-se à moralidade nas favelas.

A metáfora – nesse contexto aplicada ao modo de uma ferramenta retórica –, baseia-se, portanto, em uma dinâmica de empréstimo de significados protagonizada por um domínio concreto e outro abstrato. De acordo com Ricoeur, ela consiste “em apresentar uma ideia sob o signo de uma outra ideia mais impressionante ou mais conhecida” (1983, p. 94).

Contudo, a utilização de metáforas patológicas semelhantes ainda se faz presente em discussões jornalísticas sobre vilas e favelas. Em reportagem de 03 de abril de 2009, o jornal Zero Hora, periódico com maior circulação no Rio Grande do Sul, descreve a Vila Chocolateiro nos seguintes termos: “Vizinha de prédios públicos imponentes, Vila Chocolateiro sobrevive em meio ao lixo e se estabelece como chaga urbana”. A reportagem, intitulada “Um pesadelo chamado Vila Chocolateiro”, tem por objetivo mostrar “como é a vida na área que se transformou em chaga urbana no Centro” de Porto Alegre.

No dia 12 de maio de 2011, data do início das remoções na Vila Chocolateiro, o jornal Zero Hora publicou uma reportagem especial intitulada “Fim da Chocolateiro: O final feliz para uma história triste”:

A mudança dos cerca de 700 moradores da Vila do Chocolateiro é a etapa mais visível de um processo que incluiu oficinas de preparação, cursos profissionais e até orientações sobre higiene para extinguir não só o aglomerado de casebres, mas também o modo de vida que eles abrigavam (...).

A Vila Chocolateiro é, nesta reportagem, descrita enquanto “um amontoado de barracos em meio a lixo catado no Centro, lama e ratos”. Este enfoque sanitário esteve novamente em destaque na reportagem veiculada pelo mesmo jornal no dia 14 de maio de 2011, “Moradia com

dignidade”, sobre a inauguração do residencial Nova Chocolateão, “o condomínio para onde estão sendo transferidas as famílias de uma das vilas mais degradadas de Porto Alegre”.

Seja com base nas representações desenvolvidas ao longo do século XX no Rio de Janeiro, como demonstra Valladares, ou nos termos atuais empregados pela mídia¹⁴ para descrever a Vila Chocolateão, através de metáforas patológicas e sanitaristas, os discursos sobre as favelas tendem a ser generalizantes. Apesar das diferenças e particularidades inerentes a cada contexto cultural e geográfico, a construção da categoria Favela enquanto um problema social permanece comum a todos eles: a favela passa a ser representada, portanto, em termos homogêneos e negativos. É justamente contra esta lógica discursiva que a necessidade de compreender a favela por meio de outros termos se faz essencial.

¹⁴ A pesquisa hemerográfica baseou-se principalmente no jornal Zero Hora, devido ao seu alcance e importância regional. O alto fluxo de notícias relacionadas à Vila Chocolateão, em um jornal de alta circulação, denota o grau de atenção que este caso obteve, ao contrário de outras vilas que existiram e ainda existem em Porto Alegre.

2. O LOCAL DA VILA

2.1. A estética transcultural

Estética: com esse termo designa-se a ciência (filosófica) da arte e do belo. Substantivo foi introduzido por Baumgarten, por volta de 1750, num livro (*Aesthetica*) em que defendia que são objetos da arte as representações confusas, mas claras, isto é, sensíveis, mas perfeitas, enquanto são objetos do conhecimento racional as representações são distintas (os conceitos). (...) atualmente, esse substantivo designa qualquer análise, investigação ou especulação que tenha por objeto a arte e o belo, independentemente de doutrinas ou escolas. (Abbagnano, 2003, p. 367)

A necessidade de abrigo é imanente a todos e indiferente a condições sócio-econômicas. Restringir ao simples funcional o processo de construção de habitações e despir os moradores de favelas de qualquer senso estético seria apenas analisar, sem considerar as devidas variáveis, o processo a partir do resultado. A preocupação primeira de ter uma moradia (Jacques, 2005; Santini, 2007) não é exclusiva à Vila Chocolatão, ou às demais favelas e vilas distribuídas pelo Brasil, senão uma preocupação de qualquer pessoa que adquire, ou constrói, uma residência. Todos buscam um lugar para se proteger das intempéries climáticas e sociais. A preocupação estética existe e persiste, mas cada pessoa, cada morador, favelado ou não, age com base em suas próprias noções estéticas e dentro de suas possibilidades financeiras e materiais.

Aceitar a ausência de reflexão estética seria renunciar a um aprofundamento em uma questão de suma importância para a quebra de noções pré-concebidas sobre esta população – entre um sem número que ainda enfrentam diariamente sobre aspectos econômicos e sociais. A reflexão estética existe, e é plenamente percebida nas diferenciações regionais internas à Vila Chocolatão e em seus pequenos detalhes e adornos. Se faz necessário, portanto, iniciar uma

discussão sobre a estética em si, de modo a fundamentar o que aqui exatamente se compreende pelo termo. Com tantos usos e desusos da *estética*, é preciso definir um marco teórico para que seja possível a plena compreensão das discussões aqui levantadas.

Como mesmo as categorias mais abstratas, apesar de sua validade (exatamente por causa de sua abstração) para todas as épocas, na verdade, são elas mesmas, na especificidade dessa abstração, igualmente o produto de relações históricas e possuem total validade apenas para e no interior dessas relações. (Marx apud Bürger, 2008, p. 47)

Há na Antropologia um debate [re]corrente sobre o caráter transcultural do termo estética (Geertz, 1999; Gell, 1988; Ingold, 1996; Price, 1989). A dificuldade de sua aplicação em contextos culturais distintos parece formar consenso entre os pesquisadores, mas como contornar esta problemática permanece uma questão distante de uma resposta consensual. No entanto, se no primeiro momento a importância da compreensão da época histórica na qual determinada teoria estética foi formulada tenha sido reconhecida (Bürger, 2008; Adorno, 2008), a Antropologia não poderia se furtar a acrescentar uma dimensão cultural ao domínio da estética, sem a qual o termo não seria apropriadamente trabalhado dentro de seu quadro disciplinar. O debate, cuja importância reside justamente em sua dimensão cultural, demanda o estabelecimento de um marco teórico capaz de ilustrar o enfoque antropológico que permitirá a identificação de uma reflexão estética onde – ao primeiro olhar – não se enxerga uma.

A estética enquanto uma alternativa ao racionalismo é, conforme escreveu Jacques sobre a definição de estética com a qual trabalhou (2005, p. 11), de fato uma solução bastante simples. A preocupação existente em seu trabalho, no entanto, não demanda uma maior problematização do termo, afinal, como ferramenta explanatória a estética utilizada orientou a sua problemática de forma ideal. Em outras palavras, Jacques utiliza o termo de forma a obter maior ganho qualitativo em seu trabalho, pois considerá-lo uma fuga ao racionalismo preenche todas as lacunas pretendidas.

É justamente ao buscar contrapor o que chama de poder estético – segundo o qual a definição de arte, bem como seu estudo, seria invariavelmente intra-estética – que Geertz (1999) debate o seu enfoque antropológico. É preciso ressaltar que o estudo da estética, seja na

Antropologia ou na Filosofia, é geralmente associado ao estudo da arte¹⁵. Estabelecer essa conexão é necessário para um maior aprofundamento, de modo a analisar o termo em si e o seu caráter transcultural. Uma vez feito isso, as conclusões tomadas poderão ser úteis ao debate em curso.

Estudar a sensibilidade na arte, em uma volta às origens do termo, significa explorar uma formação coletiva, pois objetos estéticos não podem fluir sozinhos alheios ao tempo e ao contexto em que foram criados (Geertz, 1999, p. 146). A compreensão de um objeto de arte depende de uma carga de conhecimentos e de experiências que vai além da individual, sendo resultado de uma experiência coletiva. Seja ao buscar o olhar da época (Baxandall, 1991) que nos permitiria uma associação entre o objeto estético e expressões culturais de seu tempo ou simplesmente ao analisar determinada expressão cultural dos dias de hoje, a impossibilidade de o objeto estético existir por si só e a necessidade de uma ligação entre este e uma experiência coletiva altamente dependente da cultura local evidencia, em suma, que o termo estética não transita com facilidade pelas diferentes culturas. (Geertz, 1999; Gell, 1988; Ingold, 1996)

Presente ao debate sobre a transculturalidade do termo, antropólogos como Sally Price (2000) e Howard Morphy (1996) defendem que para cada cultura há uma estética correspondente, cuja incompreensão leva os antropólogos a “ignorar um corpo de evidência que os permitem um acesso único a um aspecto sensual da experiência humana: de como as pessoas sentem, e respondem ao, o mundo.” (Morphy, 1996, p. 218 *tradução minha*) Sendo assim, a sua aplicabilidade transcultural é possível na medida em que o contexto cultural do grupo estudado seja levado em consideração, permitindo o entendimento de uma estética local dentro das especificidades socioculturais correspondentes.

Inclusive na Filosofia a discussão sobre sua utilização em contextos culturais distintos foi uma preocupação entre autores, entre eles Heidegger. Em um diálogo travado entre um pensador e um japonês – uma ficção argumentativa elaborada pelo filósofo – o uso do termo estética, oriundo do pensamento filosófico ocidental, para descrever a estética da arte e da poesia japonesas assumiu um papel central.

P¹⁶ – Mas será que para tal propósito devemos lançar mão da estética?

¹⁵ Arte, neste caso, abrange não apenas o domínio das Belas Artes, visuais ou plásticas. Abrange, igualmente, expressões artísticas como dança, música, literatura, arquitetura etc.

¹⁶ De acordo com o texto, a letra P é utilizada em alusão ao pensador, enquanto a J indica o japonês.

J – Por que não?

P – A palavra estética e o que ela evoca provém do pensamento europeu, da filosofia. A consideração estética deve ser, assim, estranha para o pensamento oriental. (Heidegger, 2003, p. 71)

É evidente que as ressalvas ao seu uso não se limitam apenas entre uma dicotomia oriente e ocidente, pois as diferenciações culturais são muito mais presentes e próximas umas das outras do que um simples recorte geográfico. Isto significa dizer que caso a arte e a poesia em questão fossem brasileiras – ou de alguma região ou localidade específica do país ou do ocidente – ressalvas quanto a sua utilização também deveriam ser feitas. A dimensão cultural, esta relação entre determinada cultura e o domínio do sensível, do belo e da arte, nem sempre mediada pelo termo estética como o compreendemos, deve ser analisada levando-se em conta todas as variedades (Geertz, 1999, p. 146) e diferenças discursivas. A importância dessa conversa entre dois personagens originários de culturas e tradições intelectuais distintas, no entanto, é a sua discussão sobre os caminhos da linguagem – recorrendo brevemente ao título do livro –, de modo a problematizá-la ainda mais.

Ao concluirmos que o uso da estética envolve a necessidade de problematizações de linguagem e culturais, podemos retornar ao curso natural dos capítulos. O uso descontrolado do termo *estética* pode resultar em conclusões precipitadas que alienam determinada população de seu senso estético, muitas vezes decorrentes da própria inabilidade do antropólogo em identificá-lo se os termos utilizados como referência pelos interlocutores não forem os [próximos aos] seus (Geertz, 1999). As múltiplas possibilidades na linguagem utilizada para estética¹⁷, os termos empregados para discuti-la e a própria compreensão que determinada cultura tem dela, devem ser respeitadas e consideradas pelo antropólogo.

2.2. O *bricoleur* e o acaso

A planta é a geradora.

A planta está na base. Sem planta, não há nem grandeza de intenção e de expressão, nem ritmo, nem volume, nem coerência. Sem planta há essa sensação insuportável ao homem, de informe, de indigência, de desordem, de arbitrário. (Le Corbusier, 2006, p. 27)

¹⁷ Como o termo *iki* utilizado pelo japonês em conversa com o pensador (Heidegger, 2003, p.71)

A matriz econômica da Vila Chocolateira, então baseada em grande medida na coleta e reciclagem de lixo seco, constituiu outro papel essencial ao possibilitar o acúmulo de materiais que seriam utilizados na construção de moradias. Os “barracos” de uma favela são construídos através do recolhimento de materiais heteróclitos, fragmentos, pelo próprio construtor (Jacques, 2005, p. 23). Sendo assim, o processo urbanístico da Vila Chocolateira encontrou em sua matriz econômica os meios de sua própria manutenção ao aliar o produto da atividade econômica local ao processo de construção de moradias. A artesanidade deste processo, em outro contexto descrito por Durham como casas construídas aos poucos pelos próprios moradores e aparentemente sempre inacabadas (2004, p. 383)¹⁸, assemelha-se ao que Lévi-Strauss denominou bricolagem:

O *bricoleur* está apto a executar grande número de tarefas diferentes; mas, diferentemente do engenheiro, ele não subordina cada uma delas à obtenção de matérias-primas e de ferramentas, concebidas e procuradas na medida de seu projeto (...) o conjunto dos meios do *bricoleur* não se pode definir por um projeto. (1970, p. 38)

Não houve na Vila Chocolateira um projeto pré-existente de suas construções. Elas foram desenvolvidas, ampliadas e transformadas à medida que novos materiais foram encontrados e utilizados, incorrendo em uma inversão da lógica usual, na qual o planejamento definiria os materiais a serem utilizados. Na lógica do *bricoleur* são os materiais, aliados a uma noção inicial do que se espera do “barraco” a ser construído, que definem o resultado da construção. É preciso ressaltar, no entanto, que os fragmentos – neste caso constituídos pelo lixo seco decorrente da atividade econômica local de então – tornavam possíveis as construções, mas também possuíam caráter proibitivo, pois a sua falta limitaria os meios de construção.

¹⁸ Este processo de autoconstrução é, conforme descrito por Caldeira, um “processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa” (2000. p. 221)



Figura 3. Interior de moradia: diferentes fragmentos para a parede, Fotografia, 2011

A inversão da lógica usual característica da bricolagem associada à pré-noção objetiva do que se espera construir com os materiais obtidos em contingência constituem as bases do que aqui nomeio como Estética do Acaso. A insubordinação das matérias-primas às tarefas constituiu um aspecto fundamental para a dinâmica arquitetônica da Vila Chocolate.

Não poderia ser outro o exemplo utilizado por Lévi-Strauss (1970, p. 38) para ilustrar o trabalho do *bricoleur* senão o caso do carteiro Cheval. Nascido em 1836 em Charmes-sur-l'herbasse, interior da França, o carteiro rural Ferdinand Cheval, inspirado pelo formato de uma pedra que o fez tropeçar, passou trinta e três anos em um esforço solitário, recolhendo, dia após dia, pedras que encontrava durante seu trajeto como carteiro. Durante as três décadas Cheval construiu, sem planejamento algum e com pedras encontradas ao acaso, seu Palácio Ideal, expoente da arquitetura vernacular e desde 1969 considerado patrimônio cultural francês.

A não existência de um projeto arquitetônico, no entanto, não impediu que Cheval desenvolvesse uma ideia acerca do resultado final de sua construção, neste caso um palácio no qual todos os estilos arquitetônicos, de todas as partes do mundo, convergiriam. A despeito de suas altas ambições, um projeto formal não foi desenvolvido e as pedras a serem recolhidas eram determinadas com base apenas em critérios mais brandos, tal qual a sua forma. Entretanto, enquanto o Palácio Ideal teve uma conclusão, uma última pedra colocada, as favelas permanecem em constantes transformações.

A utilização, por Lévi-Strauss, do Palácio Ideal como meio de exemplificar o trabalho do *bricoleur* denota, por outro lado, uma ideia de embelezamento. A ausência de um planejamento prévio e a obtenção contingencial de materiais – ou fragmentos –, características compartilhadas entre a obra de Cheval e o processo urbanístico observado na Vila Chocolatão, constituem aspectos fundamentais para a identificação da bricolagem. Há entre os dois casos, no entanto, uma preocupação diferenciada com o objetivo final das construções: o ideal de beleza desejado por Cheval, em uma construção pensada para apreciação visual, contrasta com a urgência e a necessidade de oferecer abrigo aos moradores da Chocolatão. Neste caso, o embelezamento é deslocado como preocupação ulterior.

“Sabemos de antemão e grosso modo: do mesmo modo que ‘o verdadeiro’ é determinante para a atitude (Verhalten) pensante e conhecedora, ‘o bem’ para a postura ética, o determinante para o estado estético é ‘o belo’”, escreve Heidegger (2007). Esta concepção torna o “belo” fundamental ao estado estético, alinhando-o de forma próxima à ideia de embelezamento presente na bricolagem de Lévi-Strauss e ilustrada pelo carteiro Cheval. A problemática consequente desta argumentação é a dificuldade em considerar *um estado estético* onde não há um padrão de beleza reconhecido. Em última análise, é a dificuldade de ruptura entre *estética* e *belo* – fundamental ao reconhecimento e aceitação de uma estética própria à favela.

“O lixo vai poder ser transformado em muitas coisas, móveis, casas. (...) Lá fora fica lixo, aqui dentro vira muitas coisas”, diz Luiz, morador da Vila Chocolatão por quatro anos, um dentre dezenas, senão centenas de carteiros Cheval que lá residiram. Esta frase denota o que há de essencial em saber utilizar o lixo enquanto meio de construção, seja de moradia ou mobiliário. Novos materiais substituíam pisos fragilizados pela ação do tempo, ou telhados ineficientes. A coleta de lixo seco pela cidade propiciava igualmente a coleta de materiais que poderiam ser aproveitados nas moradias, sejam brutos – como tábuas e chapas de madeira – ou já manufaturados, como móveis e esquadrias.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento Municipal de Habitação e pelas Secretarias municipais de Governança Solidária Local, Meio Ambiente, Obras e Viação e Defesa Civil, dentre todas as quarenta localidades em áreas de risco na cidade de Porto Alegre, a Vila Chocolatão foi a única cujo problema principal era a ocorrência de incêndios¹⁹. Tais acidentes

¹⁹ Desde o início do meu trabalho de campo, em 2008, a Vila Chocolatão foi acometida por diversos incêndios, alguns de maior porte, como é o caso do ocorrido em Janeiro de 2009, após o qual um terço das moradias foram destruídas.

eram responsáveis pela destruição de diversos “barracos” em cada ocorrência, ocasionando um contínuo esforço de reconstrução. Sendo assim, o processo artesanal, lento e interminável de construção característico do *bricoleur* vai de encontro à premência imediata e rápida de abrigo após a destruição da moradia.



Figura 4. Porta de armário utilizada na moradia como porta de entrada, Fotografia, 2011

A moradia de Luiz, inundada após seguidas chuvas e, posteriormente, destruída em um incêndio, foi reconstruída com materiais doados pela prefeitura de Porto Alegre. Chapas de tapume para as paredes, tábuas de madeira para o piso e telhas Brasilit foram entregues e os materiais montados com a ajuda de amigos. Luiz descreve o histórico de sua moradia nos seguintes termos: “Ela foi construída porque a outra incendiou (...) deram [os materiais] e uns amigos meus vieram aqui e em um dia fizeram [a moradia], ela não enche, não chove dentro, essa é legal”. A quase instantaneidade da construção ilustra as situações nas quais a urgência decorrente da fragilidade estrutural frente aos riscos de incêndio demandou uma agilidade incompatível com a bricolagem, em uma volta à lógica padrão dos materiais pré-definidos. Apesar de esta necessidade imediata ser solucionada ao largo da artesanidade, ela não a inviabiliza. Esta construção foi o princípio de um processo de modificações e reformas constantes com a substituição de materiais antigos por outros, melhores, encontrados ao acaso.

2.3. Arquitetura do não-arquiteto

O trajeto que frequentemente percorria pela cidade de Porto Alegre – geralmente iniciado no Jardim Botânico, bairro de classe média da capital – quando realizava trabalhos de campo na Vila Chocolate me permitiu evidenciar um acentuado contraste arquitetônico entre o que via durante o percurso e o que encontrava ao chegar à Vila²⁰. A arquitetura e a disposição urbana lá encontradas destoavam do que via e vivia todos os dias, e esta percepção contribuiu para a necessidade de entendimento da Vila não apenas em suas relações sócio-econômicas, mas também enquanto um espaço físico peculiar constituído por meio de uma estética urbana destoante da observada na cidade formal. A importância de observar esta estética tornou-se imprescindível à medida que a centralidade de seu papel, tanto na sociabilização quanto na economia local, foi progressivamente compreendida.

A cidade formal (Jacques, 2005; Valladares, 2005), por vezes melhor compreendida quando em contraposição aos espaços da cidade informal – isto é, vilas e favelas que se associam à chamada arquitetura vernacular –, constitui um espaço no qual a arquitetura acadêmica é majoritária. Nela, em seus bairros, suas ruas e avenidas, construções seguem rigorosamente plantas pré-definidas, onde há tanto um cronograma de construção quanto uma pré-seleção anterior de materiais a serem utilizados.

A precisão característica da arquitetura acadêmica é conduzida por um quadro de profissionais sujeito a tendências e estilos. Como estudante de arquitetura, Jacques relatou seu desconforto sobre a aparente incoerência entre o que aprendia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, localizada em um prédio modernista projetado por Jorge Machado Moreira, e a favela da Maré, pela qual passava todos os dias para chegar ao Campus universitário (2005, p. 09). A existência destas duas arquiteturas é visível em muitas cidades brasileiras, não sendo Porto Alegre uma exceção. Segundo Durham, “a população pobre está em todas as partes nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos.” (2004, p. 382)

Há, segundo indica Durham, espaços na cidade formal nos quais a arquitetura vernacular – ou não-acadêmica – se faz visível, transformando a paisagem de modo a permitir a identificação de uma estética arquitetônica distinta, geralmente associada a um processo de

²⁰ Experiência similar foi descrita por Jacques (2005).

favelização. Esta associação entre uma estética vernacular e um processo urbanístico específico (favelização) denota que há com relação às favelas um reconhecimento estético. A existência deste reconhecimento em um espaço construído por não-arquitetos através de não-projetos (Jacques, 2005) em meio à cidade formal indica a coexistência das duas arquiteturas. O distanciamento entre elas perpassa a distinção entre o acadêmico e o não-acadêmico, indo além dos muros da universidade. O distanciamento baseia-se nas intenções e preocupações artísticas e estéticas levadas em conta durante o processo de concepção e construção, bem como limitações de meios financeiros e materiais. A arquitetura enquanto arte começa precisamente onde acaba a arquitetura vernacular (Jacques, 2005)²¹, e é justamente esta primeira etapa vernácula a categoria geralmente reservada aos “barracos” de uma favela, como fica claro neste trecho de Santini: “Assim, os favelados ao construírem seus barracos o fazem por simples necessidade de abrigar sua família e não por possuírem vontades artísticas ou reflexões estéticas como os arquitetos.” (2007, p. 27)

A ideia segundo a qual os moradores de uma favela ou vila seriam alheios ao pensamento estético, levando em conta apenas a necessidade de abrigo ao construírem suas moradias, percorre caminhos sinuosos e incompletos. Como escreveu Le Corbusier, o instinto de todo ser humano é justamente o de se assegurar um abrigo. Tal instinto, continua, é indiferente às conveniências de camadas sociais, abarcando tanto o *operário* quanto o *intelectual* (2006, p. XXXIII). Portanto, a necessidade de abrigo seria uma primeira etapa comum a todos, suprida de forma análoga pelas duas arquiteturas e diferenciadas somente após a sua consolidação.

Trabalhos sobre estética da favela lidam com especificidades que não permitem sua mera transposição a outra realidade senão àquela pretendida inicialmente. Jacques, arquiteta e antropóloga, lidou em seus trabalhos com favelas da cidade do Rio de Janeiro, realidades distintas à trabalhada nesta monografia em diversas áreas, de econômica à populacional²², de arquitetônica à topográfica. Enquanto a *Estética da Ginga*, título de seu trabalho sobre a favela da Mangueira tendo a obra de Hélio Oiticica como fio condutor, faz clara alusão às sinuosas ruelas

²¹ Segundo Le Corbusier, a arquitetura vai além do utilitário ao estabelecer relações sensíveis por meio de materiais brutos. (2006, p. XXXI)

²² A Vila Chocolate possui cerca de 250 famílias. Segundo a UN-HABITAT, agência das Nações Unidas para habitação, dados de 2005 indicam que 28,9% da população urbana brasileira vive em favelas. No Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto Pereira Passos e do censo de 2000 do IBGE, a favela da Mangueira possuía 13.594 habitantes, enquanto a Rocinha, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, possuía 56.338. Dados mais recentes, no entanto, apontam que a Rocinha praticamente dobrou de tamanho em menos de 10 anos. Pesquisa realizada pelo governo do Rio de Janeiro entre final de 2008 e início de 2009 calcula a população atual em 100.818 moradores, divididos em mais de 38.000 casas.

do morro carioca, a Vila Chocolatão, por sua vez, caracterizava-se por ruelas semi-retilíneas, próprias ao terreno plano em que se localizava.



Figura 3. Ruela na Vila Chocolatão, Fotografia, 2011

A estética da favela desenvolvida por Jacques (2005) é constituída por três figuras conceituais: fragmento, labirinto e rizoma. Enquanto as duas primeiras figuras foram desenvolvidas com o intuito de analisar o interior de cada favela, desde a característica fragmentária de suas construções até seu aspecto labiríntico, com ruelas e becos muitas vezes possuidores de uma tentativa de normatização distinta àquela feita pela cidade formal em seus bairros²³, a terceira figura conceitual busca dar conta do fenômeno da favelização, seja pelo crescimento das favelas atuais ou o surgimento de novas em intervalos da cidade formal.

²³ Segundo o planejador urbano Kevin Lynch, em seu livro *A Imagem da Cidade* (2006), “A linha de movimento deveria ter uma direção clara. O computador humano perturba-se com longas sucessões de desvios ou com curvas graduais e ambíguas que, no fim, acabam produzindo mudanças direcionais de maior vulto. As curvas constantes das *calli* de Veneza (...) logo confundem os observadores que não tem um bom conhecimento desses locais. (...) Uma rua é percebida como uma coisa que vai dar num determinado lugar. A via deveria corroborar perceptivamente esse fato.” (p. 107)

O contexto da presente monografia não permite a análise rizomática, pois contra isso há um impedimento teórico e outro físico: delimitação do campo e muros. A escolha da Vila Chocolatão como universo deste estudo excluiu a possibilidade de discorrer de forma aprofundada sobre as demais vilas da cidade de Porto Alegre, impossibilitando, conseqüentemente, a análise de uma possível ampliação das vilas dentro do espaço urbano. O outro impedimento, por seu turno, impossibilitava o próprio crescimento horizontal da Vila, pois a integralidade de seus limites estava demarcada por muros e construções vizinhas.

3. DA MÃO À BOCA: A DINÂMICA ECONÔMICA DA VILA CHOCOLATÃO

3.1. A economia do lixo e a manutenção da vida bruta

A matriz econômica da Vila Chocolatão teve em seus alicerces uma atividade principal, cuja abrangência chegou a 45% dos moradores em idade ativa²⁴ e compreendeu seis ferros-velhos e seis “unidades de comércio, triagem, prensagem e pesagem de materiais recicláveis velhos” (AGB, 2011, p. 11), conhecidos como galpões de reciclagem²⁵.

A coleta e triagem de materiais heteróclitos (recicláveis de toda sorte, como o chamado lixo seco) propiciavam os meios essenciais para a manutenção econômica local, cujas possibilidades financeiras, segundo Luiz, eram tão positivas quanto mal exploradas. Segundo ele, “o lixo dá dinheiro, e muito” e completa: “Tenho uma conhecida bióloga que trabalha para ganhar 700 reais. Ela se formou na Universidade e trabalha com telemarketing para ganhar isso. Uma pessoa que se esforce pode ganhar mil reais com lixo”.

A abjeção comum ao trato com o lixo na cidade formal era, na Vila Chocolatão, substituída pela preocupação e interesse compatíveis à sua importância local. Do momento em que o material reciclável é descartado até o seu recolhimento através de carros de tração humana, este passa por um processo de ressignificação que o desloca da sobra ao essencial, do descartável ao reciclável. Em última instância, este processo responsabiliza-se por [re]agregar valor ao material consumido e descartado, de modo a torná-lo uma matéria-prima capaz de gerar renda.

²⁴ Conforme dados do Projeto de Trabalho Técnico Social, elaborado pelo DEMHAB, anexado no laudo Técnico Sócio-Econômico da AGB.

²⁵ Destes, apenas um é gerenciado pela Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolatão (ACRVC), os outros são administrados privadamente.

Após a sua coleta, o material era transportado a um espaço de triagem na Vila Chocolate (onde, ironicamente, informes pintados nos muros proibiam a colocação de lixo seco) e, subsequentemente, levado ao galpão de reciclagem para os procedimentos finais de seleção e prensagem. Uma vez prensados, os materiais estariam prontos para serem comercializados. Ao trabalho dos catadores eram acrescidas cargas de lixo seco transportadas pelo DEMHAB ao galpão de reciclagem da Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolate. Os lucros provenientes da venda dos materiais eram rateados entre todos os sócios da ACRVC, de modo a contemplar igualmente os trabalhadores.



Figura 6. Trabalhador despejando material recolhido, Fotografia, 2011

A economia do lixo, no entanto, é geralmente encarada enquanto indigna pelos moradores da cidade formal, que projetam nessa atividade uma premência para a manutenção de uma sobrevivência, algo próximo ao que Sahlins chamou de “um trabalho contínuo pela simples sobrevivência” (2004, p. 105). Nesse sentido, argumenta Sahlins, constitui-se uma economia de subsistência caracterizada por uma “disparidade perpétua entre suas necessidades ilimitadas e seus recursos insuficientes”. (2004, p. 106)

O questionamento lançado por Sahlins no âmbito do paleolítico, “será assim tão paradoxal afirmar que os caçadores tinham economias afluentes, a despeito de sua pobreza absoluta?”

(2004, p. 108), é resultado de uma posição do senso comum, segundo a qual uma “sociedade afluyente é aquela em que todas as necessidades materiais do povo são facilmente atendidas” (2004, p. 106). O uso dessa argumentação é válido, apesar do contexto diverso, na medida em que Sahlins busca romper com pré-concepções relacionadas a situações econômicas. Ainda que seus trabalhos não possuam relação direta com o tema favela, suas conclusões podem ser adaptadas ao presente estudo por compartilharem de um mesmo propósito.

De acordo com a lógica narrada por Sahlins, seria impensável chamar de afluyente uma sociedade de caçadores durante o paleolítico, pois a aparente pobreza inviabilizaria o provimento de meios para suprir as vontades materiais. O cerne de sua pergunta consiste na aparente incompatibilidade de um modelo econômico e um determinado modo de viver: um seria incapaz de sustentar o outro.

Se o paradoxo repousa em uma concepção restrita e, arrisco, intuitiva sobre os limites da afluência, tais limites são mantidos quando deslocados ao contexto da pesquisa atual. Ao analisar a economia da Vila Chocolate à luz desta perspectiva, pode-se chegar a conclusão que lidar com o lixo constituiria uma economia de subsistência capaz, conforme sugere o nome, de prover apenas o mínimo necessário para a continuidade da vida.



Figura 7. Trabalhador com material recolhido, Fotografia, 2011

A falsa compreensão sobre as possibilidades de afluência restringiria os moradores da Vila Chocolate às limitações da sobrevivência básica, ao estabelecer entre esta condição e o trabalho com o lixo um suposto vínculo de compatibilidade. Assim sendo, o trabalho seria responsável pela conservação da vida bruta ao manter apenas o seu aspecto mais biológico: não viver, mas sobreviver (Agamben, 2010; Scheper-Hughes e Biehl, 2000).

Logo no início da introdução a sua obra *Homo Sacer*, Agamben diferencia linguisticamente termos significantes de modos distintos de vida. Segundo ele

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra *vida*. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo²⁶. (2010, p. 09)

Esta rápida incursão ao domínio da etimologia indica que a palavra *vida* compreende duas parcelas de significados distintos, sendo um correspondente à vida biológica ou, dito de outro modo, à vida nua e bruta essencial ao funcionamento fisiológico tanto de humanos quanto de animais, enquanto o outro significado, próprio ao ser humano, diz respeito às distintas formas de viver, indo além do essencialismo biológico ao agregar idiosincrasias do indivíduo e diferenças sócio-culturais entre os grupos.

Se com base na noção de afluência do senso comum – e na necessidade de estabelecimento de uma relação entre formas econômicas e modos de viver dela derivada – a economia da Vila Chocolate seria compatível apenas à manutenção da *zoé* de seus moradores, isso deriva não apenas de uma compreensão restrita e acrítica sobre a afluência, mas também de uma [re]fragmentação de significados que compatibiliza a vida bruta (*zoé*) com a pobreza e a *bíos* com modelos econômicos mais abastados.

Conforme argumenta Sahlins, a afluência pensada pelo senso comum refere-se a uma concepção errônea e despida de uma maior problematização crítica. Segundo ele, as vontades materiais de um caçador de então, ou suas necessidades

²⁶ É importante ressaltar que o latim agrega em uma única palavra, *vita* (ou em idiomas derivados, como o português “vida”), os significados de *zoé* e *bíos*. (Agamben, 2010, p. 88)

(...) são escassas e seus recursos (em relação a elas), abundantes. Por isso, ele é “comparativamente isento de pressões materiais”, não tem “nenhum sentimento de posse”, exibe um “sentimento de propriedade pouco desenvolvido”, é “completamente indiferente a qualquer posse material” e manifesta “desinteresse” pelo desenvolvimento de seu equipamento tecnológico. (...) O Homem Econômico é um constructo burguês – como disse Marcel Mauss, “não atrás de nós, mas à nossa frente, como o homem moral”. Não é que os caçadores e coletores tenham refreado seus “impulsos” materialistas: simplesmente nunca os transformaram numa instituição. (2004, p. 119)

A força do argumento de Sahlins baseia-se na recuperação do aspecto relacional dos termos econômicos e da própria economia: o caçador não é livre das preocupações materiais, mas sim “relativamente livre”, pois “seus meios (em relação) são abundantes”. A afluência, portanto, somente pode ser analisada quando em relação de comparação, seja esta cultural, econômica ou, como fez Sahlins, temporal. Somente desta forma sua aplicabilidade abandona um caráter binário (é ou não é afluente) e permite seu uso em contextos distintos.

Não é intenção aqui defender uma condição de vida em afluência na Vila Chocolatão, nem para isso argumentar sobre uma inexistência de “impulsos materiais” ou desejos de consumo, tal qual o fez Marcel Mauss em outro âmbito. A necessidade de consumo era presente e a pobreza, de modo geral, existia e assombrava a vida dos seus 700 moradores. O objetivo desta argumentação é, isto sim, deslocar a ideia de afluência dos seus termos absolutos, e assim possibilitar o seu entendimento em contextos nos quais a *riqueza* não se faz presente.

Tendo em vista o objetivo proposto, torna-se essencial, a partir deste ponto, problematizar o que se compreende por *pobreza* e *riqueza*, de modo a recuperar as suas características relacionais que permitirão analisar a coexistência dos substantivos no dia-a-dia da Vila Chocolatão.

3.2 Fragmentos de um mesmo local: a pobreza e a riqueza

Lembram que contei ter ficado impressionado a distância por certas tentativas de ornamentação, bastante surpreendentes no contexto decadente do lugar. (Conrad, 2009, p. 109)

Pobreza é um conceito relativo. Dizer quem está na pobreza é fazer uma afirmação relativa, como dizer quem é baixo ou pesado. (Douglas e Isherwood, 2009, p. 55)

Conforme demonstrado em outro momento, representar a favela enquanto um espaço negativamente homogêneo, seja pela pobreza ou pelas deficiências sanitárias e de infra-estrutura, é tanto hoje quanto no passado algo difuso. Esta pretensa homogeneidade, próxima à noção de comunidade, assume a favela enquanto integralmente pobre, sem considerar dois pontos essenciais que serão aqui discutidos: (1) a pobreza é sempre relativa e jamais absoluta, e, por conseguinte, (2) há nas favelas diferentes zonas, diferentes condições econômicas e diferentes graus de infra-estrutura.

“Na vida dos conceitos,” escreve Agamben, “há um momento em que eles perdem a sua inteligibilidade imediata e, como todo termo vazio, podem carregar-se de sentidos contraditórios”. O tempo pode, portanto, encarregar-se de esvaziar os conceitos de seus sentidos originais, torná-los signos vazios e, subsequentemente, preenchê-los com diversos sentidos muitas vezes contraditórios.

Enquanto Agamben levantou a discussão ao problematizar o conceito *sacer*, Lévi-Strauss iniciou o debate ao prefaciá-lo Marcel Mauss, e o fez ao argumentar sobre o uso do conceito *hau* em “Ensaio sobre a dádiva” e *mana* em “Teoria Geral da Magia”.

(...) inspirando-nos no preceito de Mauss de que todos os fenômenos sociais podem ser assimilados à linguagem, vemos nas noções de *mana*, *wakan*, *orenda* e outras do mesmo tipo, a expressão consciente de uma *função semântica*, cujo papel é permitir ao pensamento simbólico exercer-se apesar da contradição que lhe é própria (2003, p. 43)

É interessante notar que as duas argumentações baseiam-se em um excedente de significados que implicaria o caráter contraditório assumido pelo conceito. É exatamente o contraditório a característica compartilhada em *riqueza* e *pobreza*, pois o uso comum destas noções ignora a sua aplicabilidade em contextos diversos ao previamente aguardado. Espera-se, por exemplo, que a palavra “pobre” seja empregada para adjetivar uma favela, porém jamais “rico”.

Em uma direção contrária ao caso de *mana* e *sacer*, o uso corrente das palavras *pobreza* e *riqueza* as tornou limitadas, pois a elas o tempo não agregou novos sentidos: ele as esculpiu ao descartar delas o caráter relacional. Assim sendo, neste caso o contraditório decorre da perda de aplicabilidade e não do excesso de significados. *Pobreza* e *riqueza* deixaram, enfim, de ser relacionais no uso comum e passaram a denotar uma característica absoluta.

A qualidade relacional da *pobreza*, entretanto, era conservada nas falas de moradores da Vila Chocolateão, onde não raro um morador era referido enquanto “rico”. Proprietários de estabelecimentos comerciais – tais quais: bares e ferros-velhos – ou pessoas com atividade relacionada ao tráfico de drogas, eram tidos como ricos, pois comparados a outros moradores com renda inferior. A adjetivação decorria, portanto, de uma comparação entre situações econômicas e não de um estado econômico em si.

A inexistência de uma homogeneidade econômica revela-se através do discurso local, onde a coexistência de diferenciadas situações econômicas dentro de seus limites torna-se clara.

Fabiana, moradora e dona de ferro-velho na Chocolateão, solicitou um espaço para dar continuidade ao seu negócio no Residencial Nova Chocolateão, mas teve sua demanda negada. Durante a etapa conclusiva do processo de transferência acabou acusada – segundo ela por uma juíza – de explorar os seus funcionários. Juliana demonstrava preocupação com a perda de sua fonte de renda:

“eu comecei igual aos outros, eu só quero que ela veja isso. Eu só quero o espaço do meu ferro-velho, e eu to com medo que eles venham botar tudo abaixo. (...) Eu to perdendo tudo, é meu ramo de trabalho. (...) Eles disseram que eu tenho que me desfazer de tudo, que o ferro-velho eu não posso continuar mais porque isso aí é uma exploração contra o povo, que eu sou uma microempresária, só que tem ver que de empresária eu não tenho nada, só tenho a força de vontade e trabalho”.

Há neste discurso uma perceptível diferença econômica entre a “microempresária exploradora” e o “trabalhador explorado”, dinâmica comum no discurso de trabalhadores da cidade formal, porém inesperado em uma favela. A existência de uma diferenciação interna torna-se ainda mais clara quando o foco da observação é deslocado à análise dos espaços constituintes da Vila e seus respectivos moradores.

Ao caminhar por ruelas até então desconhecidas, deparei-me com uma situação visual significativamente distinta daquela observada nas outras zonas da Chocolateão. Quando percebeu o meu espanto, fui avisado pelo interlocutor que eu estava na “*Beverly Hills* da Vila”, onde residiam as pessoas “mais trabalhadoras e ambiciosas, as mais ricas, quer dizer, as menos pobres”. *Beverly Hills* era formada por apenas uma ruela com saída para o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (mais conhecido por Parque da Harmonia), ao longo da qual diversos “barracos” de dois andares eram intercalados por pequenos comércios. Fui a um deles, um café

de propriedade de Silvana – participante do Clube de Mães –, onde uma placa logo informou: “não vendemos fiado, não emcista (sic)”.



Figura 8. Acesso a *Beverly Hills*. Ausência de lixo na rua, Fotografia, 2011

Silvana morava com seu marido em uma casa com pátio em Viamão, mas acabou despejada pela Caixa Econômica Federal, passando a dormir em placas de papelão. Com fome, pediu emprestado ao seu irmão dez reais, mas ao invés de comprar pão para se alimentar resolveu comprar farinha de trigo. Cozinhou os pães na casa de sua mãe, moradora da Vila Chocolatão, e na hora de comer resolveu vendê-los. “Foi com esses dez reais que temos tudo hoje”, resume.



Figura 9. Fachada de “barraco” na Beverly Hills, Fotografia, 2011

Segundo um interlocutor, os moradores de *Beverly Hills* eram pessoas que planejaram a mudança para a Vila, “organizando suas vidas economicamente”. Apesar de alguns terem trabalhado com lixo, a maioria trabalhava fora da Chocolatão, em atividades como serviços gerais, torneiro mecânico e auxiliar doméstico, ou possuíam negócios próprios na Vila, como Silvana. Em geral os “barracos” eram maiores, pintados e adornados de alguma maneira, além de serem equipados com banheiros, enquanto os outros moradores utilizavam o banheiro público de alvenaria construído pela prefeitura ao lado da sede da AMVIC. Uma moradia recepcionava seus visitantes com um capacho do restaurante Via Imperatori, localizado no bairro Cidade Baixa. Em outro, um aviso de uma empresa de segurança encontrava-se pendurado entre a porta e a janela. Em uma contraposição entre – conforme falou um interlocutor – “organizados e desleixados”, os moradores de *Beverly Hills* e os demais não se davam muito bem: “Enquanto um é organizado e consciente, outro só quer relaxar, fazer festa e ‘foder’”.



Figura 10. Interior de “barraco” já desocupado para demolição em *Beverly Hills*. Primeiro dia de transferência, Fotografia, 2011

Decompor conceitualmente a Vila e analisá-la em fragmentos econômicos é um primeiro passo necessário à prevenção de uma tendência homogeneizante que estabelece uma relação direta entre favela e pobreza (além de criminalidade, infortúnio, insalubridade, precariedade e tantos outros aspectos negativos que não serão aqui aprofundados). O passo seguinte para consolidar essa prevenção seria questionar o *consumo*, conceito chave na análise econômica e fonte de extensos debates nas ciências sociais.

3.3. A necessidade de consumo e o consumo de necessidade

Quando se diz que a função essencial da linguagem é sua capacidade para a poesia, devemos supor que a função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido (Douglas & Isherwood, 2009, p. 108)

Para o homem ocioso, o consumo conspícuo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade. (Veblen, 1980, p. 51)

O estudo do consumo no Brasil passou de um esforço interdisciplinar pulverizado – cujas bases assentavam-se sobre iniciativas pontuais de autores que desviavam brevemente de seus temas para abordar o fenômeno – para a constituição de uma linha de pesquisa em Antropologia do consumo apenas em 2004, pela ocasião da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia e do XVIII Encontro Anual da ANPOCS (Lima, 2008). Esse esforço foi responsável por uma maior problematização do *consumo*, ampliando as perspectivas teóricas de modo a analisá-lo não apenas como a etapa final de uma transação econômica e fruição de bens materiais e imateriais, mas também enquanto capaz de atribuir sentido, de estruturar e reforçar distinções e hierarquias sociais.

O consumo era frequentemente percebido nas ciências sociais como uma atividade prejudicial ou, nos termos de Miller, uma atividade “maligna ou anti-social” (2007, p. 34). Tal percepção decorreria, segundo o autor, de uma associação entre *consumo* e o moderno consumo de massas, associado ao materialismo e, conseqüentemente, tido “como um perigo, tanto para a sociedade como para o meio ambiente” (2007, p. 34). Miller argumenta:

Assim, o consumo de massa tem sido considerado mais como um mal do que como o bem. Tem havido pouco reconhecimento do quanto seu crescimento poderia também ser visto como um sinônimo da abolição da pobreza ou do desejo por desenvolvimento. (2007, p. 34)

Essa posição provoca um deslocamento da percepção do *consumo* enquanto algo prejudicial socialmente a um fator indicativo da redução da pobreza: a possibilidade de aumento do consumo denotaria uma melhora na renda e, por consequência, um afastamento da situação de pobreza.

Todavia, pode-se dizer que a análise do consumo baseou-se, em grande medida, em um polo de oposição entre necessário e supérfluo. Veblen analisa²⁷ o comportamento e o consumo das camadas de alta-renda através da perspectiva de um desejo por status que seria emulado pelas camadas de baixa-renda. “Em nome do prestígio”, escreve Lima sobre a posição do autor, “todos

²⁷ É fundamental expressar a ressalva de Veblen quanto ao uso do termo *supérfluo*: “O emprego do termo ‘supérfluo’ é a certos respeito infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um termo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina ‘supérfluo’, porque esse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem-estar do homem em sua totalidade” (1980, p. 62).

os estratos sociais buscariam imitar o estilo de vida dos ricos, consumindo toda sorte de ‘*supérfluos*’” (2008, p. 56).

Veblen reforça²⁸, portanto, uma diferenciação no consumo que estabeleceria associações entre classes econômicas e determinados bens. Essa associação estabeleceria, igualmente, um comportamento de consumo superior – resultado do “cultivo de um senso estético” que “requer tempo e esforço” (1980, p. 51) – que seria emulado pelas classes mais baixas ao modo de uma busca por respeitabilidade. A ideia de emulação, entretanto, restringiria uma diversidade de outros fatores que poderiam elucidar as motivações de consumo de classe, além de basear-se em uma análise marcada geográfica e temporalmente no contexto de época do autor (Lima, 2008).

Bourdieu, por sua vez, analisa o gosto de classe e *habitus* de consumo como um fator de distinção social, baseando-se de forma análoga em uma diferenciação entre luxo e necessidade (2008). As análises de Bourdieu e Veblen aproximam-se na medida em que posicionam o consumo de bens *supérfluos* enquanto um *luxo* – ou privilégio – das classes de alta-renda, distante das possibilidades financeiras e do gosto das demais. Entretanto, o *habitus*, conforme descrito por Bourdieu, indica uma ligação entre identidade de classe e consumo, ligação esta incorporada aos indivíduos e, conseqüentemente, não proposital (Bourdieu, 2005).

Se as camadas de baixa-renda ainda assim consomem bens considerados *supérfluos* – materiais ou imateriais –, a análise não deve, portanto, buscar apenas as razões para esta prática, mas problematizar a dualidade de bens de consumo e o que entendemos por necessário e *supérfluo*. Nesse sentido, Douglas e Isherwood argumentam:

Quando se trata de manter uma pessoa viva, a comida e a bebida são necessárias como prestações físicas; mas quando se trata da vida social, são necessárias para ativar a solidariedade, atrair apoio, retribuir gentilezas, e isso vale tanto para os pobres quanto para os ricos. (2009, p. 39)

Os mesmos bens de alimentação são, portanto, fundamentais para a manutenção da vida bruta (*zoé*) e da vida social (*bíos*), sendo *necessários* tanto para a alimentação cotidiana quanto para o reforço dos laços sociais através, por exemplo, de uma recepção ou festa. Lima argumenta que essa dualidade consiste justamente em uma percepção “de que o homem é antes de tudo um

²⁸ Segundo o autor, a diferenciação no consumo de bens remete ao “momento mais primitivo da evolução cultural” (1980, p. 48), portanto antes de demarcar uma diferenciação, Veblen reforça o que considera uma diferenciação anterior.

núcleo biológico sobre o qual se superpõem camadas que ocultam as *necessidades* de sua verdadeira natureza” (2008, p. 63).

Gell (2010), no entanto, contesta essa ligação direta entre hábitos de consumo e condição econômica a partir da dinâmica Muria, tribo localizada em Madhya Pradesh, região central da Índia. Conforme deixa claro no início de seu trabalho, os Muria “de acordo com o estereótipo oficial de tais grupos [tribais], devem estar atolados na pobreza e na exploração” (2010, p. 143). O estereótipo encontra sua exceção no fato de alguns Muria possuírem terras excepcionalmente férteis à região em que se encontram, acumulando uma grande riqueza financeira. No entanto,

Entre os Muria, a produção segue as premissas de um tipo de economia, enquanto o consumo continua baseado na premissa de uma economia um tanto diferente. O efeito final dessa defasagem é que os Muria ricos acumulam uma riqueza que não ousam gastar e jamais teriam qualquer ideia concreta de como, tivessem eles tal inclinação. (2010, p. 144)

Essa defasagem, argumenta Gell, decorre do consumo não ter relação direta com acúmulo financeiro – riqueza ou pobreza. Para ele, o consumo é a apropriação de bens que “passam a integrar a *personalia* de alguém – como os alimentos ingeridos em um banquete, roupas vestidas, casas habitadas” (2010, p. 146). “Nessa sociedade”, escreve Gell, “possuir uma riqueza conspícua é estar em uma condição antinatural, que torna mais, e não menos, problemático qualquer ato de consumo contemplado” (2010, p. 144). Nesse sentido, o consumo conspícuo exagerado é visto como ato de arrogância capaz de promover a desintegração entre os indivíduos da sociedade, e os constrangimentos sociais implicam aos ricos um hábito de consumo similar ao dos pobres.

Em sua última ida a campo, Gell hospedou-se na casa de Ram, Muria sexagenário que possuía cinco casas, 35 acres de terra, arrozais abastecidos por canais de irrigação e uma incontável quantidade de búfalos. Entretanto, sua aparência indicaria um estado de pobreza absoluta, com longas barbas grisalhas, uma tanga de algodão e um imundo e esburacado pulôver de lã (2010, p. 168). Em suma, Gell aborda o comportamento de consumo como mediado por uma identidade pessoal e social, e não pelo estado econômico do indivíduo. Enquanto Veblen e Bourdieu percebem uma ligação entre consumo e camada social, Gell demonstra, a partir de dados etnográficos, que esta ligação é enfraquecida frente às coerções e aspectos sócio-culturais de determinada sociedade: caso um Muria rico consumisse e exibisse suas posses como tal,

sofreria sanções tais quais o ostracismo e a expulsão da aldeia. Sua identidade Muria seria posta em questão.

Caso similar é ilustrado por Gordon, cuja etnografia entre os índios Xikrin-Mebêngôkre, no Pará, buscou investigar os desejos de consumo *incompatíveis* com a identidade tribal. Como indenização pelos impactos da operação da Companhia Vale do Rio Doce na Floresta Nacional de Carajás, um convênio foi firmado entre a empresa e os Xikrin. O alto influxo de dinheiro garantido pelo convênio foi acompanhado de demandas como um avião bimotor, automóveis para a liderança indígena, construção de casas com preços distorcidos em relação ao mercado, entre outras (Gordon, 2006).

Consideradas incoerentes, essas demandas terminaram por subsidiar argumentos que questionavam a sua legitimidade, pois pedidos de *luxo* seriam incompatíveis à *integridade indígena*:

A vontade xikrin viu-se, assim, espremida entre duas formas complementares de ilegitimidade. Das duas, uma: ou se consideravam os Xikrin sujeitos plenos de seu desejo, e então esvaziava-se sua integridade indígena, ou tentava-se salvar a integridade indígena, com a condição de não os considerar sujeitos plenos de seus desejos. (Gordon, 2006, s/pg.)

A incoerência, portanto, é um substantivo ao qual muitos argumentos recorrem para indicar um descompasso entre camada econômica, identidade e práticas de consumo. O descompasso não é alegado apenas entre os Muria ou entre os Xikrin, mas esses casos ilustram dois polos opostos, onde por um lado a incoerência decorreria de um consumo que não acompanha a riqueza do indivíduo, e, por outro, de uma identidade tribal que a despeito de seu dinheiro, não comportaria desejos por bens de luxo.

De modo análogo, a pobreza implicaria a inexistência de consumo conspícuo, pois frente ao luxo sobrepõem-se as necessidades da vida bruta. Em um estado de relativa pobreza, onde poucas casas eram equipadas com banheiro, os moradores da Vila Chocolateiro, em sua maioria, possuíam aparelhos de DVD e televisão, enquanto outros possuíam geladeira e computador. Havia sete bares²⁹ para o consumo de bens alimentícios e bebidas, além de proporcionarem espaço para encontro e diversão dos moradores. A *incoerência* poderia, portanto, ser observada

²⁹ De acordo com laudo da AGB: “sete (7) pequenos pontos de comércio (bares) para suprimento de produtos alimentícios.

no consumo de bens eletrônicos que não possuem relação com as necessidades biológicas, ou no consumo de bebidas alcoólicas.

Todavia, tais produtos eram tidos como essenciais à sociabilidade dos indivíduos, seguidamente realizada em torno da televisão – no espaço privado –, ou nos bares – no espaço público –, locais onde se reuniam para conversar, se divertir e interagir. Gell demonstra como a bebida alcoólica desempenha um papel fundamental na dinâmica Muria:

O licor é um elemento essencial em todos os aspectos da vida social e ritual; para os Muria, a própria noção de sociabilidade, de pertencimento a um grupo e de manutenção das relações sociais é inconcebível sem o acompanhamento de bebidas alcoólicas. (2010, p. 158)

Portanto, a discussão acerca do consumo e, de forma específica, consumo de necessidade, aponta ser preciso problematizar o “consumo coerente”, isto é, o consumo de bens esperado de determinado grupo, raiz de alegadas incoerências, questionamentos sobre identidades e preconceitos e estereótipos de classe (“pobre não sabe gastar”). Aponta, ainda, que somente após questionar a ideia de consumo de necessidade pode-se percebê-lo como necessário tanto ao *zoé* quanto ao *bíos*, e que bens à primeira vista supérfluos podem ser vitais à sociabilidade dos indivíduos.

4. DA VISIBILIDADE À PERIFERIA, DO INFORMAL AO FORMAL, DA MISÉRIA À CLASSE MÉDIA: ASPECTOS DA TRANSFERÊNCIA



Figura 11. Faixa que recebe moradores e visitantes no Residencial Nova Chocolate, Fotografia, 2011

4.1 Localização e visibilidade: a transferência espetacularizada

*Mais, um dia
Nóis nem pode se alembá
Veio os homi cas ferramentas
O dono mandô derrubá
Peguemos todas nossas coisas*

*E fumos pro meio da rua
Aprecia a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Duia no coração*
(Saudosa Maloca, 1951, Adoniran Barbosa)

A transferência da Vila Chocolatão ocorreu em meio a um contexto particular na cidade de Porto Alegre: a valorização do bairro Centro a partir de um esforço de renovação e recuperação espacial, envolvendo uma campanha para reverter a imagem negativa do bairro; a recuperação do mobiliário urbano e o restauro de edifícios históricos³⁰.

A preparação para a Copa do Mundo de 2014, para a qual Porto Alegre foi escolhida uma das cidades-sedes, seguidamente aparece entre as razões que aceleraram a transferência. Segundo Raquel Rolnik, Relatora da ONU para moradia digna, as alterações infra-estruturais decorrentes da adequação para sediar a Copa do Mundo estão em grande medida relacionadas à transferência da Vila Chocolatão, dada sua localização e visibilidade³¹. No entanto, o processo de transferência teve seu início há cerca de uma década, por meio de uma lenta tramitação judicial, e não vejo a ocorrência da Copa como um evento capaz de tê-lo acelerado.

A localização e a visibilidade, os dois pontos destacados por Rolnik, inscrevem-se em um contexto de frequentes debates na antropologia – e nas ciências sociais como um todo – referente à localização das moradias da parcela mais pobre da população, geralmente associada à periferia. Durham participa do debate ao analisar a formação das periferias urbanas em São Paulo:

Mas há um lugar onde se concentra [a população pobre], um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada “periferia”. A “periferia” é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. (2004, p. 382)

Segundo a autora, este fenômeno é associado à desordenada expansão urbana ocorrida na cidade em consequência da imigração estrangeira, principalmente após a década de 1950. Foi a partir deste momento que o crescimento tornou possível distinguir “as novas periferias das antigas fímbrias urbanas” (2004, p. 382). Neste sentido, Caldeira – cujo trabalho baseia-se

³⁰ Programa “Viva o Centro”, da prefeitura de Porto Alegre: disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=133>, acessado em 23 de setembro de 2011.

³¹ Argumento exposto na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 18 de agosto de 2011, em audiência intitulada “Copa do Mundo e os desrespeitos nos direitos de cidadania”.

igualmente na cidade de São Paulo – une-se a Durham ao partir em sua pesquisa de um pressuposto essencial: “A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades” (2000, p. 211). Nesse trabalho, a autora analisa três padrões de segregação espacial, isto é, três modelos de estruturação urbana que resultaram em um distanciamento entre camadas sócio-econômicas.

O primeiro padrão, observável até a década de 1940, refere-se à população concentrada em um centro urbano e segregada pelos diferentes tipos de moradia, enquanto o terceiro, mais recente, alerta para o papel desempenhado pelos atuais aparatos de segurança e pelos muros residenciais no estabelecimento de distâncias. O segundo padrão, por sua vez, observa uma dinâmica centro-periferia, a partir da qual a população passou a segregar-se entre estes dois polos urbanos. Esse modelo, testemunhado entre a década de 1940 e 1980, e cuja consequência mais perceptível é a distância que ainda hoje com frequência separa os diferentes grupos socioeconômicos, descreve as camadas mais pobres da população enquanto habitantes da periferia, sendo o centro da cidade destinado às classes média e alta (Caldeira, 2000, p. 211).

De modo geral, a distância resultante deste processo de estruturação urbana contribui para a manutenção de uma gama de problemas que afetam a periferia, desde a infra-estrutura precária ao saneamento escasso, problemas na saúde pública e na educação. A distância torna a existência desta população invisível, negligenciando os seus problemas e ignorando a necessidade de encontrar soluções às demandas de melhorias.



Figura 12. *Time-lapse* Vila Chocolateão, Zero Hora

Uma entre tantas reportagens sobre a incômoda presença, no dia 03 de abril de 2009, a contracapa do jornal Zero Hora publicou uma foto aérea da Vila Chocolateão, com a seguinte manchete: “Uma favela no Centro da capital”. A existência de uma favela no Centro de Porto Alegre, e não em sua periferia, perverteu a lógica centro-periférica, tornando-a visível ao poder público, à população que lá trabalha e reside, e à mídia. Diferentemente de outras vilas, não foi impossível ignorá-la.

Corromper este padrão de segregação populacional garantiu à Vila Chocolateão ampla cobertura midiática sobre sua existência, seus problemas e infortúnios: tornou-a uma espécie de objeto de consumo. Ademais, teve por consequência a espetacularização do seu processo de transferência, através de diversas matérias e, inclusive, pela formatação de um *Time-lapse*: fotos aéreas da Vila exibidas em sequência, como filme, que ilustram a demolição dos “barracos” durante todo o período de remoção dos seus moradores. O resultado deste processo cinematográfico, realizado pelo jornal Zero Hora, teve por título “O fim da Vila Chocolateão”, e a seguinte descrição: “Capturamos em time-lapse a extinção da Vila Chocolateão, em Porto Alegre. Passe o mouse pela imagem abaixo e veja em detalhes a destruição do local”. A escolha de termos tais quais “extinção” e “destruição” transmite a sensação de algo espetacular e, talvez,

ficcional – sentimento oposto ao vivenciado pelos moradores transferidos. A demolição da Vila foi, assim, convertida em espetáculo público.

4.2 Implicações da transferência

Para o pobre, os lugares são mais longes. (Rosa, 2001, p. 63)

A transferência ocorreu em meio a conturbados debates sobre a localização escolhida para a construção do Residencial Nova Chocolateão, sobre as perspectivas de emprego e renda, além de dúvidas sobre a capacidade da região em absorver os novos moradores e fornecer serviços de saúde e educação aos quais essa população possuía acesso no Centro da cidade.

Tais preocupações resultaram em um termo de compromisso firmado, em nove de maio de 2011, por autoridades do Município de Porto Alegre, como o procurador-geral do Município, João Batista Linck Figueira, o diretor do DEMHAB, Humberto Goulart, o diretor do DMLU, Mário Monks, além do procurador do Ministério Público Federal, Alexandre Gavronski, o então presidente da AMVIC, Soli Olmar da Silva, e o presidente da Associação dos Catadores e Recicladores da Vila Chocolateão, Cláudio Manoel Ocacio. O termo teve por objetivo amenizar as preocupações ao formalizar a entrega das novas moradias, o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e lazer.

Antes de serem consensuais entre os moradores, as modificações que a transferência provocaria foram alvo de constantes divergências e discussões. As preocupações econômicas – intimamente relacionadas com a localização do condomínio e sua distância do Centro – constituíram a base argumentativa mais recorrente. Essa preocupação pode ser observada por meio do discurso de moradores da Vila Chocolateão:

Sobre a mudança daqui pra lá, não to gostando nada. Por causa que o seguinte: as casas são mal feitas (...) não procuraram saber quantas pessoas moravam nas casas, porque eles fizeram as casas lá com dois quartos, um quarto de casal e um de solteiro. Vamos fazer uma comparação que na minha casa eu tenho cinco filhos. Onde é que eu vou botar meus filhos? Eles não se preocuparam também com a segurança do pessoal lá. Esse lixo aqui é tudo o que o pessoal busca na Demétrio Ribeiro. Dizem que lá também tem, mas é para os de lá. Os daqui vão querer mexer nos de lá e vai acabar em tiro, facada, morte. Outra coisa que eu pedi para lá são quatro quebra molas, se você for lá vai ver que não tem nenhum. Eles estão querendo tirar a Vila semana que vem, e a segurança das minhas crianças? Aqui não tem trânsito, lá eles vão ter uma

faixa onde vai passar carro, moto, tudo. E a criançada? (Ademir, ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolateiro)

Marta, por sua vez, se diz igualmente contrária à transferência em função da localização do novo condomínio:

Para mim o mais dificultoso é a distância para as crianças. Elas estudam por aqui, trabalham por aqui. Eles já estão grandes e criados e não querem ir para lá. Eu não vou, eu não vou, não quero ir para lá. Nem que eu abandone a casa lá, mas para lá eu não vou. Estou bem consciente que para lá não quero ir. (...) Acho que nem venderia, eu trocava a minha casa. Talvez pela Vila dos Papeleiros. Faz seis anos que eu moro aqui, quando cheguei eu não gostava. Aprendi a gostar e acho que não tem lugar melhor em Porto Alegre para morar do que aqui. Não tem, sinceramente, morei em quantos lugares e onde eu mais tempo fiquei foi aqui, onde eu mais gostei foi aqui. É perto de tudo, não gasta com ônibus nem nada, vai a pé para onde quiser, a distância é boa também, colégio perto. Para lá não, é uma dificuldade, colégio, tudo, para vir para o Centro tem que pegar ônibus.

As preocupações expressas relacionam-se a aspectos como educação e saúde, e ao medo da perda de trabalho. Estes aspectos possuem influência direta no bem-estar das pessoas, e as suas perdas são subitamente sentidas. Frente à necessidade de prover a infra-estrutura de habitação e serviços, outras questões são obliteradas do debate não pela sua desimportância, mas justamente por não serem percebidas de forma imediata.

A supressão do debate acerca da ruptura estética promovida pela transferência decorre de uma política de reassentamento acrítica que desconsidera os efeitos que a disposição urbana ocasiona sobre o social: a esfera urbana institui segregações ao tornar física, material, uma distância simbólica. Nesse sentido, Caldeira ilustra o caso de São Paulo a partir da reforma urbana conduzida por Haussmann em Paris, na segunda metade do século XX, onde a completa reconstrução da cidade culminou em uma alteração do seu cotidiano. “Esse *insight*”, escreve a autora, “sobre a relação entre formas urbanas, interações de classes e expressão artística sugere maneiras de considerar os padrões de segregação espacial de São Paulo” (2000, p. 212).

A análise de Caldeira se deu a partir do trabalho de T. J. Clark, historiador da arte inglês, para quem o estudo do impressionismo não poderia ser alheio às modificações urbanas coordenadas por Haussmann. De acordo com sua tese, o espaço público pós-reforma teria influenciado mudanças no cotidiano e nos valores da população, essenciais para a compreensão do movimento impressionista. Com base nesta hipótese, Caldeira discorre sobre tais alterações:

Os novos bulevares incorporavam as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário. Esses são exatamente os valores que estão em xeque atualmente em São Paulo e em muitas outras cidades onde o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. (2000, p. 212)

Ao igualmente analisar o impacto da reforma haussmanniana sobre a interação entre os parisienses, Grafmeyer argumenta que ela foi responsável por uma reconfiguração do “jogo de percepções e utilizações” do espaço urbano:

Estas construções³² ignoram os alinhamentos tradicionais e transformam pelo único fato da sua disposição material todo o jogo de percepções e de utilizações do bairro: da varanda do décimo terceiro andar, já não se participa na vida da rua (...). (1994, p. 134).

A mudança na estrutura urbana transformou a Paris medieval na Paris dos bulevares, a Paris dos indivíduos que deixavam rastro na Paris dos *flâneurs*³³. As estreitas ruas foram ampliadas e espaçadas, os edifícios modificados, e as relações de percepção entre a esfera privada (vida do indivíduo) e a esfera pública (vida da rua) alteradas. As condições materiais para o anonimato e o individualismo estavam dadas: apesar de as [re]estruturações físicas não determinarem alterações sociais – pois há geralmente uma gama de aspectos políticos e econômicos que devem ser considerados –, elas influenciam ao distanciar ou aproximar indivíduos – ou aproximando-os e afastando-os da “vida da rua”.

Em seu trabalho *Die Grossstädte und das Geistesleben* (As Grandes Cidades e a Vida do Espírito), Georg Simmel interessa-se justamente pela relação entre o desenvolvimento da urbe e aspectos psicológicos e de sociabilidade dos indivíduos. Ao seu modo, Simmel indica que o questionamento sobre a vida moderna e seus produtos deve

³² Aqui o autor se refere aos novos edifícios construídos após a reforma urbana de Paris.

³³ O *flâneur*, presente em diversos escritos de Walter Benjamin e Charles Baudelaire, é descrito por este como um indivíduo que caminha pela cidade de modo a poder observá-la e experienciá-la. Esse termo, cuja origem remete à reforma urbana haussmanniana, é referencial no estudo da relação entre desenvolvimento urbano e modernidade. A reforma urbana proporcionou – como escreveu Caldeira – o desenvolvimento do anonimato e do individualismo, valores modernos sobre os quais o *flâneur* se baseia.

(...) buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole estabelece entre o indivíduo e os conteúdos super-individuais³⁴ da vida. Tal investigação deve responder à questão de como a personalidade acomoda-se a si mesma nos ajustes de forças externas.³⁵ (1903, *tradução minha*)

O interesse do autor está profundamente assentado nas mudanças que a cidade pode influir nos indivíduos, sejam elas percebidas socialmente ou restritas à psicologia individual. O empenho de Simmel em esclarecer as equações por ele descritas foi fundamental ao desenvolvimento posterior de um esforço em compreender a dinâmica de crescimento das grandes cidades, com a chamada Escola de Chicago. Robert Park, expoente desse esforço, foi influenciado por Simmel, com quem estudou em Berlim no final do século XIX.

³⁴Os conteúdos super-individuais são descritos por Simmel como aspectos compartilhados por indivíduos de uma sociedade, como dinheiro: “que é a mesma coisa para todos aqueles que o trocam [negociam] e que trocam [negociam] por ele”.

³⁵ Trecho original: *Wo die Produkte des spezifisch modernen Lebens nach ihrer Innerlichkeit gefragt werden, sozusagen der Körper der Kultur nach seiner Seele - wie mir dies heut gegenüber unseren Großstädten obliegt - wird die Antwort der Gleichung nachforschen müssen, die solche Gebilde zwischen den individuellen und den überindividuellen Inhalten des Lebens stiften, den Anpassungen der Persönlichkeit, durch die sie sich mit den ihr äußeren Mächten abfindet.*



Figura 13. Rua da Vila, Fotografia, 2010



Figura 14. Rua do Residencial, Fotografia, 2011

Ao assumirmos que a estrutura espacial relaciona-se com a sociabilidade dos indivíduos e a influencia, se a Paris pós-Haussmann facilitou o individualismo por seus amplos espaços e o maior anonimato do indivíduo decorrente do novo jogo de percepções entre este e a vida da rua (condições em grande medida compartilhadas pelas grandes cidades), a arquitetura da favela permite apenas o contrário: as suas estreitas ruelas e escarpas influenciam uma maior interação e sociabilidade entre seus indivíduos, em um local onde o anonimato ainda resiste.

A partir desta lógica, o especialista em planejamento urbano holandês Eric Vanderfeesten desenvolveu um modelo de habitações populares com base na disposição urbana e estética usual de uma favela. A ideia seria facilitar a interação entre os moradores, bem como oferecer uma casa singular, em contraste aos modelos de habitações populares padronizadas. Enquanto seu projeto permanece apenas no papel, no final da década de 1960, em Montreal, Canadá, foi construído um caro complexo residencial similar às formas de uma favela. Nomeado *Habitat 67*, o projeto do arquiteto Moshe Safdie é composto por 354 cubos sobrepostos que formam 148 residências.

Tais projetos indicam uma alternativa de modelo onde a ruptura estética – geralmente presente em casos de reassentamentos de localidades de baixa renda – seria amenizada. O arranjo urbano corresponde a uma forma de pensar, e a sua alteração sem o acompanhamento de uma mudança na forma de organização social incorreria em um descompasso prejudicial aos indivíduos transferidos. Tanto quanto meios distintos de comunicação representariam formas de pensar diferenciadas (Lévi-Strauss, 2005), modos – ou arranjos – urbanos representariam diferentes formas de pensamento e organização social.

Miller critica o despreparo dos arquitetos ao construírem casas sem pensar dentro de um contexto sócio-econômico mais amplo. Segundo o autor:

(...) isso significou que as pessoas produziram o ambiente construído com muito pouca noção das consequências que aqueles objetos teriam para aqueles que os utilizavam, ou os processos pelos quais os consumidores poderiam tentar apropriar-se deles e transformá-los. Existiam muitas anedotas sobre projetos de construção que ganharam prêmios, mas nos quais, na verdade, ninguém gostava de morar. (...) O mesmo ponto geral – de que qualquer tipo de mercadorias precisa reconhecer suas implicações pelos efeitos que tem nos consumidores. (Miller, 2007, pgs. 48, 49).

Seu Luiz descreve este descompasso e, de certa forma, este despreparo, com base em suas expectativas sobre a transferência da Vila Chocolate:

Mas a miséria, ela alimenta a sociedade, ela alimenta a corrupção, ela alimenta o desejo desenfreado de ter e poder, ela alimenta. E eles não vão acabar a miséria. Tanto é verdade que eles não querem, é que nós vamos pra um lugar que ainda não é miserável, mas vai ficar. Vai ficar porque nós iremos pra lá sem nenhuma tecnologia, zero. Zero tecnologia. Sem nenhuma abordagem mais inteligente sobre o que é a nossa vida, o que nós vamos fazer, nada. Um monte de gente que vive num lugarzinho assim, sem cozinha, banheiro, nada, vai pra uma casa onde vai ter dois quartos, cozinha, banheiro, muito boas casas, um lugar bom, de classe média baixa.

Seu posicionamento questiona os benefícios da transferência de um local “miserável” para um de “classe média baixa”, onde as moradias possuem uma estrutura básica completa, caso os indivíduos transferidos não sejam educados à nova vida. Há um processo de adaptação necessário para evitar o anacronismo entre a organização social e o meio urbano.

Um dos argumentos centrais a favor da transferência baseava-se nas péssimas condições sanitárias da Vila – pois o lixo fazia-se presente em praticamente todas as suas ruelas –, logo havia uma expectativa de ausência deste elemento nas ruas do Residencial (ainda que este, possivelmente em decorrência do despreparo descrito por Miller, não possuía lixeiras nas vias públicas). A mudança representaria um deslocamento da miséria à classe média baixa, do informal ao formal, da sujeira à limpeza. É perceptível, no entanto, que apenas alguns meses após a sua transferência, o lixo voltou a ser um elemento de fácil presença nas ruas, pois a inexistência de um processo de adaptação – crítica feita por Seu Luiz e outros moradores – manteve a organização e práticas sociais da Vila em um contexto urbano distinto. O local é outro, mas as práticas se mantiveram.



Figura 15. Relógios de luz no Residencial Nova Chocolateão: aspecto da formalidade, Fotografia, 2011

Ao descrever a formação da comunidade de Canudos, no interior da Bahia, Euclides da Cunha traça um paralelo entre o arranjo urbano e a forma de pensar:

A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia; — e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoutada. Era a objetivação daquela insânia imensa. (Cunha, 2010, p. 208 – 209)

Não à toa e de forma análoga, Seu Luiz sentencia: “Esse lixo aqui só pode ser a exteriorização da vida dessas pessoas”.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, o lixo assumiu o papel de elemento central capaz de relacionar aspectos da vida social dos moradores da Vila Chocolateiro, sendo fundamental tanto à compreensão da economia quanto do arranjo urbano local. Por assumir este duplo caráter, o lixo tornou-se o fio condutor das discussões aqui abordadas, pois a sua importância não poderia ser subestimada. Nesse sentido, buscou-se primeiramente compreender o seu papel no desenvolvimento urbano da Vila, desde o recolhimento por meio de carros de tração humana até a sua utilização na construção de moradias, para em seguida situá-lo no âmbito econômico.

Seu emprego na construção e reforma das moradias assemelha-se ao trabalho do *bricoleur*, conforme descrito por Lévi-Strauss, cuja característica primeira é a inexistência de um projeto e a não subordinação das tarefas às matérias-primas previamente definidas. Os materiais são, portanto, utilizados à medida que são encontrados e a planta, por sua vez, cede espaço à noção objetiva da tarefa a ser realizada. As constantes mudanças às quais as moradias eram submetidas decorreram do recolhimento e utilização de material reciclável, cuja utilidade era definida após a sua posse.

Enquanto parte desse processo assemelha-se à teoria descrita por Jacques, o afastamento em alguns pontos centrais – em decorrência dos diferentes contextos de análise – tornou necessário demarcar as fronteiras entre este corpo teórico e as especificidades do que pude observar na Vila Chocolateiro. Por conseguinte, após descrever a bricolagem e argumentar sobre a ocorrência de um processo correspondente na Vila, defini que o melhor modo de estabelecer as fronteiras seria semântico. Chamei-o, portanto, de Estética do Acaso. Esta estética pretende ressaltar o que há de comum entre o universo observado e a teoria estética da favela, bem como destacar a sua característica central: a bricolagem a partir do uso de materiais recicláveis.

A obtenção contínua dos materiais, no entanto, era facilitada pela atividade econômica local, na medida em que a coleta e triagem de lixo seco era a fonte de renda de uma parcela majoritária dos moradores. Sendo assim, conclui-se que a esfera urbana e a esfera econômica local compartilhavam como essencial o mesmo elemento, sendo ele tanto matéria-prima para uma *indústria do lixo*, capaz de gerar renda aos trabalhadores, como matéria-prima para a construção e reforma de móveis e moradias.

Ademais, conclui-se que a preocupação estética – a partir de um debate sobre a transculturalidade do termo – não é restrita às camadas de alta renda, mas permeia os indivíduos ao largo das relações econômicas. Aspectos financeiros agem apenas como limitadores no momento da construção ou reforma, em um papel análogo à escassez de materiais na lógica do *bricoleur*.

Pressupostos de classe – aqui relacionados às camadas populares – que geralmente estipulam uma distância entre indivíduos considerados pobres e a preocupação estética, estipulam de forma similar um distanciamento de determinadas práticas de consumo. Associações entre condição econômica e consumo são estabelecidas e privam as camadas populares do consumo conspícuo e de lazer. Por meio das experiências etnográficas de Gell e Gordon, dois exemplos que rompem com a relação direta entre consumo e condição econômica ilustram a fragilidade desta relação: enquanto o primeiro demonstra que indivíduos ricos podem manter hábitos de consumo humildes, em decorrência de uma questão cultural e do medo de coerção social, o segundo elucida uma situação na qual o desejo de consumo, visto através de uma perspectiva externa, poria a identidade dos indivíduos em xeque devido a uma pretensa incoerência.

Tais exemplos demonstram a complexidade em se trabalhar com hábitos de consumo, onde não apenas há a influência de aspectos econômicos e uma busca por distinção social, mas também questões culturais e identitárias. O consumo, portanto, vai além da mera transação econômica e usufruto de bens: ele institui distâncias entre os indivíduos, reforça hierarquias e, principalmente, é capaz de atribuir sentidos.

A partir dessa discussão e com base na experiência etnográfica, onde foi possível observar a existência de diferenciadas áreas econômicas dentro da Vila Chocolateiro, o consumo foi problematizado de modo a torná-lo “coerente” com o cotidiano dos moradores. A existência de locais de sociabilidade, como bares equipados com mesas de sinuca e supridos de bebidas

alcoólicas, indicam a ocorrência de um consumo preocupado não somente com a sobrevivência da vida bruta, mas com a vida social.

Se há um consumo conspícuo ou, dito de outra forma, práticas de consumo que vão além do estritamente necessário e buscam alimentar a vida social dos indivíduos, não há incompatibilidade alguma a ser explicada. O consumo não deriva apenas de aspectos econômicos e de classe, mas de uma gama de fatores que tornam a equação consideravelmente mais complexa e menos direta.

Por fim, o trabalho pretendeu discutir a transferência da Vila Chocolatão para uma área periférica de Porto Alegre, argumentando sobre os possíveis efeitos desta mudança. Observa-se, para tanto, as consequências que a completa reurbanização de uma cidade pode influir sobre os seus habitantes ao criar, como exemplo, as condições para o anonimato, afastando-os da vida da rua. Se a Paris de Haussmann, conforme demonstrado por Clark e Caldeira, influenciou na vida social após o rearranjo de suas vias e edificações, a ruptura estética resultante do processo de transferência da Vila é ainda mais acentuada. A ruptura provocou o deslocamento do informal ao formal, seja através da ótica econômica ou estética.

A disposição urbana corresponde a um modo de pensar, e a alteração espacial deve ser acompanhada de um processo de adaptação dos indivíduos realocados. No entanto, devido à proximidade da transferência, as alterações sociais não podem ser observadas em todo o seu potencial, mas os efeitos da inexistência deste processo adaptativo já podem ser notados em meio à formalidade do novo espaço: novamente o lixo encontra o seu lugar nas vias e jardins.

Em suma, foi o objetivo da monografia problematizar conceitos e questionar representações, sugerindo alternativas que buscam tão somente a melhor compreensão de um fenômeno muito próximo ao cotidiano brasileiro. Vilas e favelas constituem espaços com alto grau de estigma social e com o qual, a despeito de uma trajetória centenária, ainda não aprendemos a lidar.

A pobreza não é uma condição isolada, mas sim dependente de uma relação com os demais indivíduos. O consumo das camadas populares não é uma ferramenta de sobrevivência física, mas, assim como o das demais camadas, é um elemento de sociabilidade fundamental. Que o debate reunido nesta monografia contribua, de alguma forma, à compreensão sobre este fenômeno tão presente quanto misterioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- ACHUTTI, Luiz E. R. Imagem e Fotografia: aprendendo a olhar. In: LEAL, Ondina Fachel (org.) *Corpo e Significado Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre, 2º edição: Editora Universidade/UFRGS, 2001, p. 423-433.
- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: Pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção, crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2005.
- _____. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. In: *Mana*, vol.2. Rio de Janeiro, 1996.
- BÜRGER, Peter. *Teoria da Vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- CAILLÉ, Alain. O Dom entre o interesse e o ‘desinteressamento’. In: Paulo Henrique Martins & Roberta Campos Bivar. *Polifonia do Dom*. Recife, Editora UFPE, 2006.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.
- CLARK, Timothy James. *A pintura da vida moderna: A Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Abril, 2010.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens*. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da Cultura: ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Ética e imagem: um percurso. In: *Iluminuras*. Porto Alegre, n.11, 2004.

GELL, Alfred. *Art and Agency*. Clarendon Press, 1998.

_____. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria. In: APPADURAI. *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GORDON, Cesar. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: UNESP, 2006.

GRAFMEYER, Yves. *Sociologia Urbana*. Portugal: Europa-América PT, 1995.

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Nietzsche I*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da Ginga*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus, 2005.

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. *Sujeitos e objetos do sucesso: Antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

MILLER, Daniel. Consumo como Cultura Material. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28. Porto Alegre, 2007.

MORPHY, Howard. For the Motion. In: INGOLD, Tim. *Key debates in Anthropology*. Taylor Print on Dema, 1996.

PRICE, Sally. *Arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Lisboa: Res, 1983.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAHLINS, Marshall. Sociedade Afluente Original. In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTINI, Giovana. *Vila do Chocolatão: encontros da collage na arquitetura*. Dissertação de mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura: UFRGS, 2007.

SCHEPER-HUGHES, Nancy & BIEHL, João. O fim do corpo: comércio de órgãos para transplantes cirúrgicos. In: Guita Debert & Donna Goldstein (eds.). *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo, Editora Sumaré, 2000.

SIQUEIRA, M. S. G.; PARENTE, M. A. P.; GIL, Maitê. Metáfora e Cultura: Uma interface entre a Linguística e a Antropologia. In: *Antares*, n.2, jul-dez 2009.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n. 32. Porto Alegre, 2009.

SIMMEL, Georg. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. Disponível em: <<http://socio.ch/sim/sta03.htm>>, acessado em: 14 de outubro de 2011.

VALÉRY, Paul. *Degas Dança Desenho*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEBLEN, Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. São Paulo: Editora Abril, 1980.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Referências on-line

Habitat 67, disponível em: <http://www.habitat67.com/concept_en.html>, acessado em 30 de setembro de 2011.

Facteurcheval, disponível em: <<http://www.facteurcheval.com/video.html?LANG=en>>, acessado em 27 de março de 2011.

Referência fílmica

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *O cinema é uma Dança: entrevista com Jean Arlaud*. Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), UFRGS, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Panfleto confeccionado pela AMVIC que expressa a preocupação sobre a reintegração de posse do terreno da Vila Chocolatão.

TRIBUNA POPULAR

**ONDE
VAMOS
MORAR?**

**ASSUNTO:
TRANSFERÊNCIA
DA VILA CHOCOLATÃO**

COMPAREÇA
DIA 30 DE MARÇO ÀS 14H
NA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

**Associação
dos Moradores da Vila Chocolatão**

ANEXO B – Uma favela no centro da capital.



ANEXO C – Um pesadelo chamado Vila Chocolateão

38 |

ZERO HORA > SEXTA | 3 | ABRIL | 2009

Geral >

geral@zerohora.com.br

Porte destruída tumultua
Zona sul do Estado
Página 41

As dúvidas sobre
a febre amarela
Página 44

Editor executivo: Diego Araújo > 3218-4727 Editor: Alexandre Elmi > 3218-4733 Coordenador de Produção: Marcelo Fleury > 3218-4728

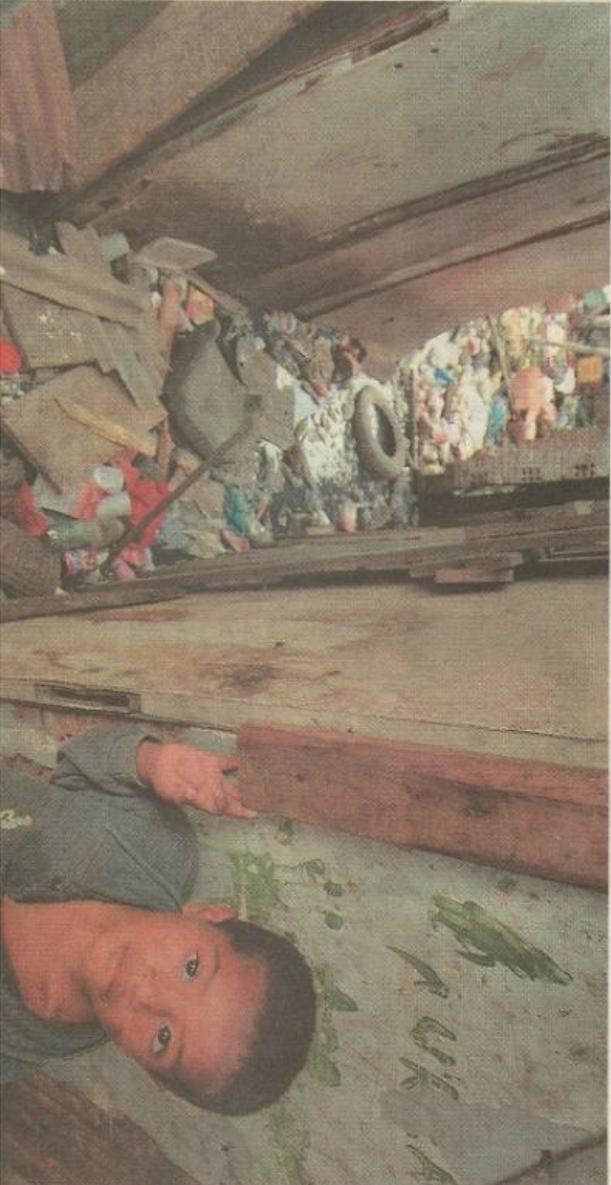
Porto Alegre Zero Hora mostra como é a vida na área que se transformou em chaga urbana no Centro

Um pesadelo chamado Vila Chocolateão

HUMBERTO TREZZI

“Até no lixão nasce uma flor”, avisa o grafite desenhado com capricho num dos muros de entrada da Vila Chocolateão, no coração de Porto Alegre. Pode ser. Mas o mais comum é nascerem ali ratos do tamanho de gatos, gatos do tamanho de cães, pompos que ingerem sobras de comida e crianças que brincam em meio ao lixo. Vez que outra se avista uma planta, em um daqueles bem-vindos caprichos da natureza.

A Vila Chocolateão, situada ao lado do prédio matron da Receita Federal, o que lhe garantiu o apelido, é um pesadelo urbano que tem a assombrar a Capital. Vive imersa no lixo e dele tira seu sustento, já que a comunidade revende aquilo que é rejeitado pelos moradores do Centro. Sacos e mais sacos de detritos se amilham no fundo das ruas.



ANEXO D – O final feliz para uma história triste

4 ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2011

Reportagem Especial

FIM DA CHOCOLATÃO

O final feliz para

MARCELO GONZATTO

O início da remoção de uma das vilas mais conhecidas de Porto Alegre colocará à prova, a partir de hoje, um modelo ambicioso de transferência de comunidades insalubres. A mudança dos cerca de 700 moradores da Vila Chocolatão é a etapa mais visível de um processo que incluiu oficinas de preparação, cursos profissionais e até orientações sobre higiene para extinguir não só o aglomerado de casebres, mas também o modo de vida que eles abrigavam em uma área consumida oito vezes por incêndios desde 2003, que causaram pelo menos duas mortes.

A cerimônia oficial de inauguração do novo loteamento, amanhã, deverá contar com representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) que monitoram a experiência. Criada há pouco mais de 25 anos, quando os primeiros moradores começaram a instalar casas em uma área da União localizada junto à Avenida Loureiro da Silva, a Chocolatão tornou-se conhecida como um amontoado de barracos em meio a lixo catado no Centro, lama e ratos. A partir de agora, terá a chance de se tornar exemplo para transferências de

medicância infantil, entre outras medidas.

– Por mais nove meses, assistentes sociais vão ajudar essas pessoas a viver em uma casa de verdade, mostrar como tomar banho com chuveiro, como secar o piso, a não fazer fogo no chão – diz o diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), Humberto Goulart.

Até mesmo um modelo de privada foi utilizado em uma espécie de oficina de higiene para orientar os moradores sobre o uso correto do equipamento. Outras remoções ocorridas na Capital já seguiram receita semelhante à da Chocolatão – que leva esse nome por estar localizada próximo ao prédio da Receita Federal conhecido pelo mesmo apelido por ser marrom.

Porém, a variedade de ações de apoio e da rede de entidades públicas e privadas transformou a vila de cerca de 700 moradores em motivo de interesse. Este ano, a agente de governança Vânia Gonçalves de Souza fez um relato na África do Sul sobre os últimos três anos de preparativos até o dia de hoje.

– A recepção ao nosso trabalho foi muito boa – afirma Vânia, que trabalha na transferência mediante um convênio da Capital com a Unesco, outro órgão ligado à ONU.

O atendimento de saúde deve ser feito por um posto próximo ao loteamento, e as crian-



ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2011

5

uma história triste



Os personagens da mudança

Confira o que representa a extinção da Vila Chocolatão para alguns de seus moradores:

Mulher da árvore

Terezinha Margarete do Rosário, 35 anos, teve uma árvore como primeira habitação na vila. Há 11 anos, ela veio do Interior para acompanhar uma filha com problemas de saúde. Lançou uma lona sobre um galho e abrigou ali a família. A menina morreu, mas Terezinha ficou na Chocolatão com o marido e seis filhos. Já foi catadora de lixo na rua, mas, após o treinamento do Instituto Vonpar, já vive do trabalho de separar material para reciclagem e ampliou a renda para mais de R\$ 500.

– Já consegui comprar uma TV – comemora.



Líder comunitária

Fernanda Simões Pires, 33 anos, é uma líder comunitária forjada a fogo. Foi por assistir aos sucessivos incêndios que consumiram barracos

ANEXO E – Chocolatão deverá ganhar novas casas hoje

30/01/09
 | 56 | Pelo Rio Grande/Região Metropolitana > ZERO HORA

Capital Famílias atingidas por incêndio receberão 58 moradias emergenciais até transferência definitiva para terreno no Centro

Vila Chocolatão deverá ganhar novas casas hoje

Nesta noite, os moradores da Vila Chocolatão poderão dormir em suas novas casas, após verem as suas residências serem destruídas pelo incêndio que atingiu a área na segunda-feira.

A estimativa é de construir até sete habitações emergenciais por dia. Ao todo, serão 58 novas casas.

Também hoje devem começar as obras de infraestrutura no terreno localizado na zona norte de Porto Alegre, para onde serão transferidas todas as 181 famílias que hoje vivem na vila, no centro da Capital. Ontem, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) emitiu a liberação para dar início às moradias populares. A área atual precisa ser desocupada neste ano, pois foi reintegrada a posse à Justiça Federal.

No dia 30 de abril, o diretor-geral do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), Humberto Ciulla Goulart, espera inaugurar a primeira casa. A previsão é concluir a construção e a transferência das famílias em 11 meses. Goulart sabe, porém, que enfrentará resistência dos moradores.

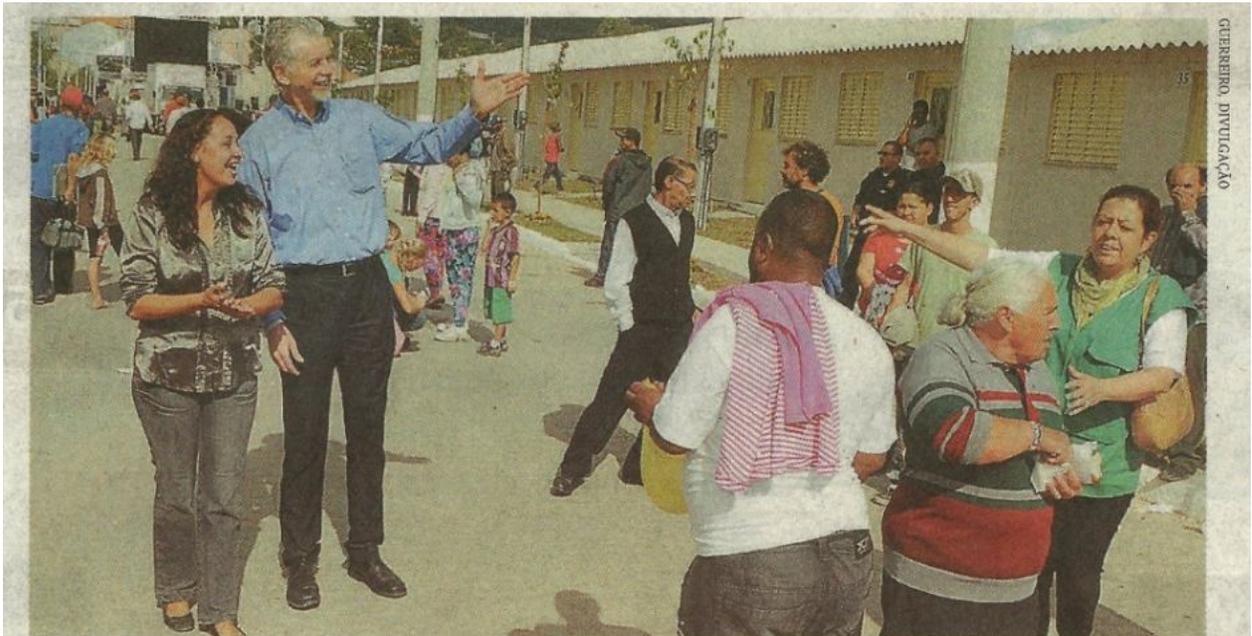
– Vai ser um problema convencê-los, mas vamos conversar de maneira pacífica – diz.

Serão investidos R\$ 2,2 milhões nas obras de infraestrutura, verba oferecida pela prefeitura. Para o restante da construção, o Ministério das Cidades liberou R\$ 4 milhões. Além das habitações, o terreno de 3,5 hectares abrigará um barracão de reciclagem, que será abastecido pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Eles também terão uma associação de moradores e uma creche.

As moradias emergenciais instaladas na Vila Chocolatão são feitas de material aglomerado e formam uma peça única. Elas têm durabilidade de quatro a cinco meses. São as mesmas que começam a ser construídas na Vila Esperança, na zona norte da Capital, também atingida por um incêndio. Na quarta-feira, as chamas destruíram 15 casas e deixou cerca de 60 pessoas desabrigadas.

Sete toneladas de escombros foram retirados pelo DMLU na quinta-feira e, hoje, os kits para a montagem das moradias emergenciais serão entregues aos moradores, que optaram por construí-las pessoalmente. Ainda não há um projeto para a Vila Esperança, como o existente para a Vila Chocolatão. De acordo com o diretor-geral da Demhab, futuramente será discutida uma solução junto aos moradores.

ANEXO F – Moradia com dignidade



GUERREIRO, DIVULGAÇÃO

MORADIA COM DIGNIDADE

A sexta-feira 13 foi um dia de graça para o prefeito José Fortunati, com a inauguração do residencial **Nova Chocolateão**, o condomínio para onde estão sendo transferidas as famílias de uma das vilas mais degradadas de Porto Alegre.

Acompanhado da líder comunitária Fernanda Simões Pires (*foto*), Fortunati entregou chaves, visitou casas, a área comercial e o galpão de reciclagem de lixo. E se

emocionou ao ouvir os depoimentos dos moradores.

– Nesses momentos a gente tem certeza de que a vida pública vale a pena. Trabalhar para proporcionar uma moradia digna a quem vive no meio do lixo e do esgoto não tem preço – disse o prefeito ontem à noite.

Apesar de Fortunati ter inaugurado a obra, a construção começou na gestão de José Fogaça (PMDB) e o projeto foi desenvolvido em parceria com diferentes instituições.

ANEXO G – Para alemão ver. A Vila Chocolate enquanto objeto de consumo

34 Geral

ZERO HORA, SEGUNDA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2011

PARA ALEMÃO VER

TV europeia grava na Vila Chocolate

História de trabalho e superação de associação de reciclagem da Capital fará parte de documentário sobre cidades brasileiras

Especial

Letícia COSTA

A TV alemã Deutsche Welle grava hoje a história de trabalho dos recicladores da Vila Chocolate, na Capital.

A partir das 10h, uma equipe acompanhará a rotina de uma moradora e descobrirá as perspectivas da comunidade antes da transferência de 181 famílias para o novo loteamento.

personagem principal das filmagens.
Os alemães vieram ao Brasil gravar um documentário sobre diferentes cidades do país. Desde sexta-feira na Capital, o grupo se interessou pela história da Vila Chocolate e da cooperativa criada para garantir condições de trabalho e de renda aos moradores.

— É importante conhecer como Porto Alegre trata assuntos de reassentamento urbano e inclusão social — explica o representante da prefeitura de Stuttgart, Patrick Haude, que acompanha a equipe da TV.

Para o próximo dia 12 está marcado o tão esperado reassentamento dos moradores da Vila Chocolate. As casas, o novo galpão de reciclagem, a creche e a praça foram construídas em um loteamento na Avenida Profissão Alves, 9.099. As Teresinhas aguardam ansiosas pela mudança e foram conferir ontem como andam as obras.

— Nossa maior felicidade é ir para lá, acho que vamos ganhar mais dinheiro. Serão mais pessoas trabalhando — diz Teresinha da Silva, mãe de seis filhos.

A TV alemã fica até quarta-feira na Capital e também levará na bagagem imagens da colônia de pescadores nas Ilhas da Pintada e do Gra-Nal.



RENATO BARROS

Recicladoras
Teresinha Rosário (E) e Teresinha da Silva darão primeira entrevista a TV do Exterior

Aqui, como no Oscar

O lixo brasileiro já fez sucesso em documentários no Exterior este ano. Léo Eximenes Filho, dirigido por Lucy Walker, concorreu ao Oscar da categoria em 2011 após acompanhar o trabalho do artista plástico Vik Muniz em um dos maiores aterros sanitários do mundo: o Jardim Gramacho, na

periferia do Rio. Filmado ao longo de dois anos (agosto de 2007 a maio de 2009), o documentário teve orçamento de US\$ 1,5 milhão, numa coprodução Brasil-Reino Unido. O documentário acabou perdendo a estatuetta para *Trabalho Interno*, sobre as causas da crise financeira de 2008.



DIVULGAÇÃO